

2015 | UMA NOVA 2018 | DEFENSORIA PARA O RIO DE JANEIRO



RELATÓRIO QUADRIÉNIO

2015 | 2018

UMA NOVA DEFENSORIA PARA O RIO DE JANEIRO



2015
2018

UMA NOVA
DEFENSORIA
PARA O
RIO DE JANEIRO





Defensor Público-Geral do Estado
André Luís Machado de Castro

1º Subdefensor Público-Geral do Estado
Denis de Oliveira Praça

2º Subdefensor Público-Geral do Estado
Rodrigo Baptista Pacheco

Chefe de Gabinete
Paloma Lamego

Corregedora-Geral
Eliane Maria Barreiros Aina

Secretária-Geral
Marcia Fernandes

Produção Editorial
**Diretoria de Comunicação da Defensora
Pública do Rio de Janeiro**

Coordenação
Débora Diniz

Textos
Bruno Cunha e Giselle Souza

Edição
Giselle Souza

Projeto gráfico
Claudete Quaresma

Fotos
**Jaqueline Banai, Thathiana Gurgel,
Erick Magalhães, Katiana Tortorelli,
Blínia Messias, Marcelle Bappersi,
Luis Felipe**

EQUIPE GESTÃO 2015|2018

Denis de Oliveira Praça
1º subdefensor público-geral; secretário-geral

Jorge Augusto Pinho Bruno
1º subdefensor público-geral

Rodrigo Baptista Pacheco
2º subdefensor público-geral; coordenador do Concurso

Paloma Araújo Lamego
Chefe de Gabinete

Júlia Mendes Luz
Chefe de Gabinete

Carolina de Souza Crespo Anastácio
Chefe de Gabinete; presidente da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Fesudeperj)

Eliane Maria Barreiros Aina
Corregedora-geral

Maria Leonor Fragoso de Queiroz Carreira
Subcorregedora-geral

Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas
Subcorregedor-geral; Assessor da Corregedoria Geral

Simone Maria Soares Mendes
Assessora da Corregedoria Geral

Cristina Santos Ferreira
Assessora da Corregedoria Geral

Thiago Belotti de Oliveira
Assessor da Corregedoria Geral

Isabella Maria de Paula Borba
Assessora da Corregedoria Geral

Márcia Cristina Carvalho Fernandes
Secretária-geral; subsecretária-geral; subcoordenadora do Concurso

Júlia Chaves de Figueiredo
Subcoordenadora do Concurso

Paulo Vinícius Cozzolino Abrahão
Secretário-geral

Francisco Messias Neto
Assessor parlamentar

Márcia Cristina do Amaral Gomes
Coordenadora de Movimentação

Maria Matilde Alonso Ciorciari Cramer
Assessora da Coordenação de Movimentação

Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo
Assessor da Coordenação de Movimentação; subcoordenador do Concurso

Eduardo Rodrigues de Castro
Assessor da Coordenação de Movimentação

Elisa Costa Cruz
Assessora para Assuntos Institucionais

Franklyn Roger Alves Silva
Assessor para Assuntos Institucionais

José Augusto Garcia de Sousa
Diretor geral do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur)

Adriana Silva de Britto
Diretora de Capacitação do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur); Coordenadora-geral do Estágio Forense

Maria de Fátima Abreu Marques Dourado
Coordenadora-geral do Estágio Forense e da Residência Jurídica

Pedro Daniel Strozenberg
Ouvidor-geral

Odin Bonifácio Machado
Subouvidor-geral

Viviane Aló Drummond Pereira da Cunha
Assessora da Ouvidoria Geral

Luísa Lopes de Miranda
Assessora da Ouvidoria Geral

Gabriela Varsano Cherem
Coordenadora da Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC)

Daniella Capelletti Vitaglano
Coordenadora Geral de Programas Institucionais

Marcelo Leão Alves
Coordenador-geral do Interior e da Baixada Fluminense

Cintia Regina Guedes
Coordenadora Cível; subcoordenadora Cível

Adriana Araújo João
Coordenadora Cível

Luciana Telles da Cunha
Subcoordenadora Cível

Simone Haddad Lopes de Carvalho
Subcoordenadora Cível

Emanuel Queiroz Rangel
Coordenador de Defesa Criminal

Ricardo André de Souza
Subcoordenador de Defesa Criminal

Pedro Paulo Lourival Carriello
Presidente da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Fesudeperj)

Thaisa Guerreiro de Souza
*Coordenadora de Saúde e Tutela Coletiva;
coordenadora do Plantão Judiciário*

Raphaela Jahara Cavalcanti Lima Clemente
*Coordenadora de Saúde e Tutela Coletiva;
coordenadora do Plantão Judiciário*

Maria Carmen Ferreira Leite Miranda de Sá
Coordenadora de Defesa da Criança e do Adolescente

Arlanza Maria Rodrigues Rebello
Coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher

Flávia Brasil Barbosa do Nascimento
Coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher

Fabiano Pinto de Magalhães
Assessor jurídico do defensor público-geral

DIRETORES(AS)

Andréa da Silva Amaro
Diretora de Orçamento e Finanças

Carla Costa D' Avila
Diretora de Contratos, Licitações e Convênios

Carolina Dzimidas Haber
Diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça

Debora de Lima Augusto de Freitas
Diretora de Gestão de Pessoas

Débora Regina de Almeida Diniz Soares
Diretora de Comunicação

Fernanda Rodrigues Temporão Viana
Diretora de Gestão de Pessoas

Frederico Rocha Magalhaes
Diretor de Gestão de Pessoas

José Pereira de Assis Netto
Diretor de Orçamento, Finanças e Suprimentos

Marcieli Batista Velloso
Diretora de Infraestrutura e Engenharia

Mariana de Andrade Saraiva
Diretora de Orçamento e Finanças

Taciana Garcia
Diretora de Infraestrutura e Engenharia

Vitor Reis da Costa da Silva
Diretor de Gestão da Informação

COORDENADORES(AS)

Debora de Lima Augusto de Freitas
Coordenadora de Recursos Humanos

Érica Almeida de Oliveira Da Silva
Coordenadora de Recursos Humanos

Flavio Augusto Ferreira Nunes
Coordenador de Rede

Gabriela Fernandes de Araujo
Coordenadora de Convênios

Iracy Teixeira da Costa
Coordenadora do Pagamento

Jaguaribe do Nascimento Ferreira
Coordenador de Segurança

Julia Azevedo Conde Pitanga
Coordenadora da Gestão Documental

Luciana Batista Mariano
Coordenadora da Engenharia Legal e Departamento de Cálculos

Luiz Henrique Ampuero da Silva
Coordenador do Material e Patrimônio

Nelson Wesp Keller
Coordenador da Assessoria de Controle Interno

Renato da Rocha Chiarelli
Coordenador de Contabilidade

Samanta Rodrigues dos Santos
Coordenadora de Atendimento e Suporte

Semíramis de Azevedo
Coordenadora da Gestão Estratégica

Sergio Henrique de Castro
Coordenador do Suporte

Vera Lucia Areas Bala
Coordenadora do Menezes Côrtes

Virginia Gonzalez Lima Conte
Coordenadora da Gestão Estratégica

EDITORIAL

ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO
Defensor Público-Geral do Estado do Rio de Janeiro



A tarefa de contar o que aconteceu na Defensoria Pública no período de 2015 a 2018 não é nada fácil. A maior crise financeira do estado começou justamente no início de 2015 e teve seus momentos mais agudos no curso de 2016 a 2017. Já em 2018, o Rio de Janeiro sofreu a primeira intervenção federal desde a promulgação da Constituição de 1988 e as ruas foram ocupadas por blindados do exército. Na sequência do caos financeiro, viu-se uma crise política sem precedentes, abalando a credibilidade das instituições públicas fluminenses. Enquanto isso, a população perdia emprego e renda, já quase não podendo contar com boa parte dos serviços públicos.

O grande desafio naquele momento não era apenas manter a Defensoria Pública funcionando, embora essa tarefa sozinha já

se mostrasse bem árdua. Muito além disso, precisávamos fazer muito mais do que sempre fizemos, atuando da forma mais eficiente possível para atender à população vulnerável que cada vez mais demandava os serviços jurídicos da instituição. Conhecemos a pior crise econômica e política até então vivida em nosso estado e mesmo nesse cenário a Defensoria Pública foi capaz de se reinventar.

Como dizia o slogan de nossa campanha em 2014: Mudar era preciso! E tinha que ser feito logo ou, sem nenhum exagero, sucumbiríamos. A primeira missão era, no meio da crise, assegurar o repasse dos duodécimos orçamentários, algo que estava previsto na Constituição Federal desde 2004 e nunca havia sido efetivado. Para isso, foi preciso dialogar com os Poderes



**“Conhecemos a pior crise
econômica e política até então
vivida em nosso estado e mesmo
nesse cenário a Defensoria
Pública foi capaz de
se reinventar.”**

Executivo e Legislativo para reformular nosso Plano Plurianual, alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, assegurar a inédita iniciativa da proposta orçamentária pela Defensoria Pública e, por fim, garantir que a Lei Orçamentária Anual estivesse compatível com as reais estimativas de despesas da Defensoria.

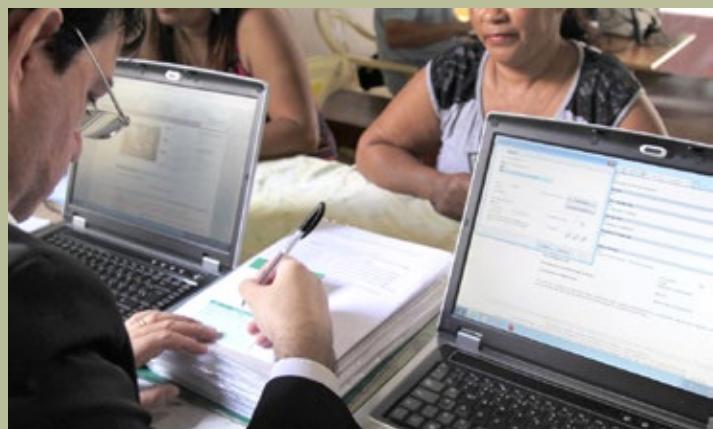
Vencida essa dura etapa, era necessário promover uma verdadeira revolução na administração de Defensoria, assumindo a plena gestão da folha de pagamento e o domínio de todos os procedimentos financeiros e orçamentários. Fazer muito mais com menos recursos era indispensável para nossa sobrevivência.

Realizar mudanças e alterar hábitos já arraigados não é algo fácil, mas a Defensoria

Pública, como um todo, soube fazer isso no momento em que essas mudanças se faziam mais necessárias. Defensoras, defensores, servidoras, servidores, estagiárias, estagiários e residentes jurídicos (nova função criada em 2016) se uniram para manter a Defensoria Pública de pé e firmemente atuante na defesa da população vulnerável.

Para apoiar a atividade fim, foi criada a Coordenação de Interior (depois, abrangendo também a Baixada Fluminense), além das coordenações temáticas nas áreas de Saúde, Tutela Coletiva, Defesa da Mulher e da Infância e Juventude e da Diretoria de Pesquisa. Reformulamos as coordenações de Defesa Criminal, Mediação e Cível, totalmente voltadas para a atuação na ponta. Em parceria estreita com os órgãos de atuação, enfatizamos a preocupação com um modo

Foto 1: Entrega da medalha Pedro Ernesto à DPRJ em 20 de setembro de 2016. Foto 2: Posse Residente Jurídico, em março de 2018. Foto 3: Posse do Ouvidor Externo, em 23 de novembro de 2017. Foto 4: Defensoria em Ilha Grande em setembro de 2017.



de atuar mais estratégico e coordenado, desenvolvendo experiências como advocacy, litígio internacional, investindo em pesquisa e levantamento de dados e buscando resultados mais eficientes a partir de uma perspectiva de trabalho em grupo.

Também para aprimorar a atuação institucional e seu compromisso com a participação social, implantamos a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, nos moldes da legislação federal, com a escolha de um representante da sociedade civil para ocupar o cargo, o que nos permitiu realizar atividades inovadoras como o Circuito Favelas por

Direitos, dando visibilidade aos moradores de comunidades vítimas de guerra em organizações criminosas e o Estado, em plena Intervenção Federal.

A Defensoria Pública protagonizou importantes casos e esteve presente nos mais diferentes espaços onde a defesa jurídica de seus assistidos se mostrava necessária. Além do intenso trabalho judicial cotidiano, foi estimulado o incremento da atuação dos defensores públicos de todo o Estado na construção de soluções extrajudiciais para litígios, bem como para a educação em direitos.



Foto 5: Seminário de Mediação Extrajudicial, em 18 de agosto de 2017. Foto 6: Reunião do Nuth com moradores da Vila Autódromo, em 26 de abril de 2016. Foto 7: Coordenadoria de Saúde e Tutela Coletiva criada na gestão 2016-2019. Foto 8: Defensoria Marca presença na Alerj, em 24 de setembro de 2015

Reconhecendo a importância da interação com as múltiplas representações da sociedade, foi intensificada a realização ou participação em audiências públicas, que colaboraram concretamente para a solução de controvérsias ou para a formulação de políticas públicas. Membros da Defensoria Pública atuaram ativamente em importantes espaços públicos de debate, como sessões do Poder Legislativo ou reuniões com consumidores, usuários de serviços públicos, lideranças comunitárias e tantos outros. Como resultado desse trabalho, a Defensoria Pública passou a ocupar um renovado e importante papel no debate público e nos meios de comunicação. Em um período em que o chamado "ativismo judicial" tem merecido destaque, a Defensoria Pública mostrou-se presente, dando voz ao direito de defesa, à garantia dos interesses

dos vulneráveis e à proteção dos direitos individuais e sociais.

Passados esses quatro anos, percebemos que os desafios desse momento histórico do estado e do país apenas começaram e que ainda há muito a ser feito na Defensoria Pública para podermos acompanhar as transformações que cada vez mais rapidamente que se operam na nossa sociedade.

Acredito, contudo, que a Instituição, mostrando a força da sua unidade, deu importantes passos nesse quadriênio para mostrar sua relevância e vitalidade, afirmando a importância da existência de uma agência estatal voltada para proteção e defesa jurídica dos vulneráveis, em um país ainda marcado por tantas e profundas desigualdades. ■



INTRODUÇÃO

— Uma Nova Defensoria 13

1

CAPÍTULO

UMA DEFENSORIA AUTÔNOMA

— Fortalecida, instituição garante serviços em plena crise 19
— Plano Plurianual / Folha de Pagamento 20
— Iniciativa orçamentária e duodécimo / Concursos públicos 21

2

CAPÍTULO

UMA DEFENSORIA MODERNIZADA

— Informática e sedes são reformuladas para atender melhor 23
— Sistema Verde / Frequência eletrônica 25
— Novas Sedes 26
— Portal da Transparência / Sistema Eletrônico de Informação 28

3

CAPÍTULO

UMA DEFENSORIA VALORIZADA

— Iniciativas valorizam carreiras de defensor e servidor / Carreira 31
— Renúncia antecipada em 2019 / Quadro de apoio 33
— Perícia Médica 34

4

CAPÍTULO

UMA DEFENSORIA CIDADÃ

— Sociedade passou a ocupar os espaços da DPRJ para reivindicar direitos 37
— Ouvidoria Externa 38

UMA DEFENSORIA QUE SE ESPECIALIZA

Atuação estratégica para garantir direitos	41
Infância e Juventude	42
Acesso à Saúde	43
Terras e Habitação	43
Direitos Humanos	44
Pessoas com Deficiência e Idosas	45
Combate ao Racismo	46
Diversidade Sexual	47
Defesa das Mulheres	48
Direito do Consumidor	49
Defesa Criminal	50
Relacionamento com o Cidadão	51
Programas Institucionais	52
Assessoria Parlamentar	55
Coordenadoria Cível e de Família	56
Assessoria de Assuntos Institucionais	58
Cejur	59
	60

UMA DEFENSORIA DE CONTEÚDO

Diretoria de Pesquisa	65
Diretoria de Comunicação	69

FESUDEPERJ

Excelência em ensino jurídico ao alcance de todos	73
---	----



INTRODUÇÃO

UMA NOVA DEFENSORIA



Quando defensoras e defensores públicos elegeram o projeto “Mudar é Preciso”, na véspera do feriado da Proclamação da República em 2014, a Instituição enfrentava um contexto delicado. A década anterior tinha sido prodigiosa em avanços legislativos e tecnológicos, mas a Defensoria fluminense – sempre respeitada por sua história e pioneirismo – enfrentava um grande déficit de autonomia e experimentava de forma tímida a tecnologia disponível. Além disso, episódios recentes haviam arranhado a credibilidade institucional junto aos mais atentos observadores do cenário jurídico e político.

O desafio de retirar a autonomia do papel exigia a mudança da LDO – que até então tratava a Instituição como uma secretaria de estado – e a pavimentação técnica e política do caminho para a elaboração da proposta orçamentária. O cumprimento dessas metas no ano de 2015 assegurou que em 2016 fosse possível receber os duodécimos prometidos pela Constituição desde 11 anos antes. No final do ano, a Defensoria produzia a primeira folha de pagamento fruto de sua própria gestão.

No momento mais agudo da mais rigorosa crise econômica enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro, a efetivação desses mecanismos assegurou a manutenção do pleno funcionamento da Defensoria Pública, permitindo a continuidade do custeio e o respeito da legalidade no que tange à remuneração dos colaboradores. Esse funcionamento, já relevante em contextos normais, mostrava-se ainda mais importante diante do colapso de vários serviços públicos em razão da crise, que atingia mais duramente os mais vulneráveis.

Os firmes passos da realização da autonomia garantiram uma expressiva expansão orçamentária capaz de recuperar anos de estagnação real dos recursos destinados à Defensoria. Investimentos necessários há anos puderam começar a ser feitos.

A velocidade dos links de transmissão de dados foi significativamente aumentada e iniciou-se um processo de gradativa melhoria da estrutura física relativa à internet. A Instituição passou a contar com um data center próprio, rompendo a dependência tecnológi-

ca do Proderj. O número de computadores e multifuncionais experimentou grande incremento, reduzindo o número de colaboradores compelidos a compartilhar equipamentos com prejuízo da prestação do serviço. Desenvolveu-se o sistema Verde, voltado a dar suporte ao exercício da atividade fim. Mais de 180 órgãos de atuação utilizam a nova ferramenta semanalmente e o sistema está em franca expansão. O SEI! encerrou a era dos autos físicos de processos administrativos. A virtualização promoveu celeridade, eficiência, transparência e economia de recursos, além do sistema oferecer funcionalidades que ajudam sobremaneira a gestão.

A recuperação orçamentária viabilizou a inauguração de 22 novas sedes. Cento e trinta e três órgãos de atuação ganharam casas novas e três sedes foram deixadas praticamente prontas para serem inauguradas. Além disso, já há contrato assinado para a construção da sede em Guapimirim e três licitações estão em andamento.

Contribuiu decisivamente para a estruturação imobiliária o resgate da Fesudeperj, que enfrentava déficits mensais sucessivos e contava com apenas algumas dezenas de alunos. A escola recuperou sua tradicional força e os cursos atraem novamente centenas de alunos, como é a tradição da fundação. A criação de uma plataforma on-line permitiu a oferta de cursos à distância, viabilizando o ingresso em um novo mercado. Fazendo jus a identidade de propósitos com a Defensoria Pública, a Fesudeperj, em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos, desenvolveu um tocante projeto de aceleração da escolaridade e aumento da empregabilidade de pessoas em situação de rua. Todo o trabalho restou coroado pela modernização das instalações que estão muito mais bonitas e funcionais.

Gradativamente, tornou-se possível iniciar a reparação de históricas injustiças, indenizando-se férias e licenças não gozadas por membros e servidores que já haviam rompido o vínculo com a Defensoria, um carinho



Foto 1: Inauguração do Núcleo de Belford Roxo em julho de 2018 Foto 2: Posse dos defensores públicos aprovados no XXV Concurso, em março de 2016



especial com aposentados que tanto contribuíram para a Instituição.

Outros passos decisivos consolidaram marcantes aspectos da autonomia institucional. Pela primeira vez defensores e servidores foram empossados por iniciativa exclusiva do defensor público-geral, permitindo que a Instituição contasse com 36 novos membros e 415 novos servidores. O chefe institucional abriu e defendeu a prerrogativa legal de abrir concurso público para defensor e servidor, partindo da avaliação institucional acerca da necessidade de recomposição dos quadros. A iniciativa legislativa também foi exercida de modo inédito, resultando na aprovação pela Assembleia Legislativa de dois projetos de lei concebidos pelo defensor público-geral.

As novidades legislativas criaram a Região Estado do Rio de Janeiro, fixando membros da Defensoria no interior para assegurar a continuidade da relação com o usuário do serviço e o melhor conhecimento dos pro-

cessos. Esse avanço veio acompanhado da possibilidade das defensoras e defensores melhor gerirem suas carreiras, optando por substituir férias e afastamentos ou atuar em órgão fixo e acabando com o duplo caminho que antes era imposto aos mais jovens. O perfil da Ouvidoria-Geral também foi alterado, deixando de ter um caráter correcional para assumir a relevante tarefa de promover a qualidade dos serviços da Defensoria. O Circuito Favela por Direitos monitorou as ações da Intervenção Federal nas comunidades da região metropolitana, denunciando violações graves, repetidas e sistemáticas de direitos humanos, exigindo providências e sugerindo medidas que podem contribuir para que a segurança não seja promovida com o sacrifício daqueles que mais sofrem com a violência.

Mais de uma centena de residentes jurídicos foram alocados pelo interior e pela região metropolitana, assegurando uma rica experiência aos profissionais que se dispuseram a conviver com os dramas jurídicos dos mais



Foto 3: Audiência Pública com moradores de Manguinhos, em agosto de 2018
Foto 4: Homem em situação de rua obtém documentos no posto registral do Méier, inaugurado em fevereiro de 2017





Foto 5: Apresentação de Passinho na roda de conversa que a DPRJ realizou no Museu do Amanhã, em maio de 2017
Foto 6: Jornada de Direitos Humanos, realizada em agosto de 2018



vulneráveis, o que certamente pode transformar o operador do Direito. O concurso de alteração de designação das servidoras e servidores garantiu que possam – com base em critérios objetivos, razoáveis e transparentes – atender aspirações intelectuais e de melhor qualidade de vida. A alteração da resolução de férias, com a novidade da renúncia antecipada, fez com que mais de 80% dos membros da Instituição pudessem gozar férias nos meses de suas preferências. Investiu-se agressivamente na capacitação de membros e servidores, assegurando o acesso de todos a congressos, cursos e seminários, além de ter sido criado o Programa de Educação Continuada, que por meio de plataforma própria permite que seja possível se capacitar de modo permanente de qualquer lugar.

Os avanços administrativos estiveram acompanhados por importantes transformações na maneira da Administração contribuir com a atividade fim. As assessorias deram lugar a coordenações temáticas que, ao invés de assessorar à chefia institucional, voltaram-se para o apoio e a coordenação dos órgãos de atuação.

O caminho extrajudicial mereceu especial atenção, dada sua eficiência para a realização célere de direitos e capacidade de empoderar a Instituição e as partes envolvidas no conflito. Câmaras de Resolução de Litígios em Saúde foram criadas em diversos municípios, o que resultou na solução extrajudicial de 70% das demandas que tratam do tema. Grandes acordos em casos de acidentes de consumo que atingiram centenas de pessoas foram celebrados. Institucionalizou-se o caminho para a realização de divórios e inventários extrajudiciais e até mesmo para se garantir descontos em folha nas hipóteses de acordos extrajudiciais de alimentos.

A comunicação institucional ganhou novo status e foi criada uma Diretoria de Estudos e Pesquisas, resultado da compreensão de que as dificuldades para a realização do acesso à Justiça em um país tão marcado por desigualdades crônicas exigem que se lance mão de instrumentos para além dos eminentemente jurídicos.

Nunca a Defensoria Pública falou tanto e foi tão falada. Com dados consistentes e



Foto 7: Roda da Conversa realizada pelo NuDEM no Dia Internacional da Mulher, em março de 2017

Foto 8: Estudantes de Queimados visitam a Defensoria Pública, em maio de 2017



“Nunca a Defensoria Pública falou tanto e foi tão falada. Com dados consistentes e uma política estruturada de comunicação a Instituição se inseriu como protagonista nos mais relevantes debates públicos relacionados às suas funções.”

uma política estruturada de comunicação, a Instituição se inseriu como protagonista nos mais relevantes debates públicos relacionados às suas funções. A medida que se posicionava e apresentava seus argumentos, divulgava sua atuação e revelava uma identidade que vai além da indispensável defesa criminal, caracterizando uma potente agência de promoção dos Direitos Humanos e recuperando a credibilidade, o que acabou simbolizado pela transforma-

ção da Instituição em tema da campanha para governador do estado.

Não há dúvida de que muito se pode avançar. O caminho percorrido até aqui tornou a Administração da Defensoria Pública muito mais complexa. Tarefas que antes eram realizadas por outras estruturas foram absorvidas pela Instituição e estamos nos adaptando a essa nova situação. Contudo, os novos instrumentos que agora manejamos têm potencial para assegurar um crescimento contínuo e o correspondente incremento quantitativo e qualitativo do serviço.

Este relatório registra o que passou para que mantemos os olhos no futuro. Traz uma imprescindível prestação de contas e compartilha uma experiência fantástica e enriquecedora, pelo menos do ponto de vista de uma equipe fraterna, unida, coesa e embalada pelos mais genuínos sonhos de construção de uma Defensoria transformadora e umbilicalmente comprometida com a missão de promoção dos direitos dos vulneráveis conferida pela Constituição.

Boa leitura!



UMA DEFENSORIA AUTÔNOMA

Fortalecida, instituição garante serviços em plena crise

Entre a aprovação das emendas constitucionais 45/2004 e 80/2014, que estabeleceram a autonomia das Defensorias Públicas e a efetivação desta autossuficiência nos mesmos moldes que as demais instituições autônomas do sistema de justiça, uma década se passou. Neste mesmo período, o Brasil deixou para trás uma importante fase de expansão econômica e social para viver uma das piores crises da sua história.

Foi neste cenário que esta gestão assumiu a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e começou os primeiros passos rumo à efetivação da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, como determinavam as emendas à Constituição. E este objetivo foi alcançado. Hoje a DPRJ apresenta propostas orçamentárias, recebe os repasses oriundos do duodécimo, nomeia seus defensores e

servidores, administra a própria folha de pagamento e exerce iniciativa legislativa.

Todos esses avanços foram importantes, principalmente diante das dificuldades enfrentadas nos últimos quatro anos. A autonomia institucional permitiu o pagamento das remunerações das defensoras, defensores, servidoras, servidores, estagiárias e estagiários, assim como de prestadores de serviço, assegurando, dessa forma, a continuidade dos serviços, como também a expansão da Instituição.

Em plena crise, o atendimento no interior foi reformulado com a inauguração de novas sedes, defensores e servidores aprovados em concursos públicos foram nomeados, programas como o de residência jurídica foram criados. Todos esses avanços foram fundamentais para a defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade, que recorreram à Defensoria Pública nesses tempos sombrios.

PLANO PLURIANUAL

A autonomia administrativa, financeira e orçamentária da Defensoria Pública era prioridade, por isso as ações a fim de efetivá-la não tardaram. Em janeiro de 2015, no início da gestão, a Instituição deu início às discussões acerca do Plano Plurianual (PPA) – planejamento apresentado pelos governos federal, estadual e municipal com as prioridades e os investimentos a serem executados nos quatro anos seguintes à sua aprovação pelo Poder Legislativo.

Com a participação dos membros da DPRJ e da sociedade civil, a Defensoria elaborou propostas para o PPA Estadual 2016/2019. O texto foi aprovado pelo Conselho Superior da instituição no dia 12 de junho de 2015 e, na sequência, enviado para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), responsável pela redação final da proposta.

FOLHA DE PAGAMENTO

Em novembro daquele mesmo ano, mais uma conquista: a DPRJ passou a administrar a folha de pagamento de seus membros e servidores. Até aquele momento, a Seplag era a responsável pela execução desta tarefa.

Toda a operação necessária para produção da folha e a realização do pagamento foi conduzida pelos membros e servidores da DPRJ, após a contratação de um software para este fim. Finalmente, a Lei complementar 132/2009, que há sete anos havia transferido esta atribuição para a Defensoria Pública, estava em vigor.



INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA E DUODÉCIMO

Na sequência ao PPA, a atuação da Defensoria Pública garantiu uma inédita alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Apresentada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa (Alerj) em junho de 2015, a proposta não contemplava a iniciativa orçamentária pela DPRJ.

Graças a articulação da Instituição, o projeto foi emendado para enfim assegurar essa prerrogativa prevista na Emenda Constitucional 45/2004.

Com a mudança, a DPRJ pode finalmente encaminhar seu primeiro projeto orçamentário, com dados reais e responsáveis sobre as dotações necessárias para cobrir as despesas da Instituição com pessoal, custeio e investimento. A proposta foi acatada e a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2016 foi aprovada com recursos 16% maiores que no ano anterior.

Esses avanços pavimentaram o caminho para a implantação do repasse dos duodécimos à Defensoria Pública em fevereiro de 2016, em consolidação à autonomia financeira e orçamentária da instituição.

CONCURSOS PÚBLICOS

A autonomia administrativa assegurou, em março de 2018, a abertura e a publicação na Imprensa Oficial do edital do XXVI Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira da Instituição.

A Secretaria Estadual da Casa Civil e o veículo oficial de comunicação haviam se negado a publicar a medida. A DPRJ, então, ajuizou mandado de segurança com esse objetivo e na ocasião obteve decisão favorável no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) determinando o cumprimento do ato com base no direito ao pleno exercício da prerrogativa e na sua independência.

A secretaria alegou na ação que a abertura do concurso poderia levar à exclusão do Estado do Rio de Janeiro do Regime de Recuperação Fiscal, que impede a criação de novos cargos. No entanto, a Defensoria lembrou que os cargos abertos no concurso são resultantes de vacância e que essa reposição não foi proibida pela LRF.

Com o entendimento de que a Defensoria tem autonomia para abrir concurso e publicar na Imprensa Oficial, o colegiado impidiu o governo estadual de controlar ou criar qualquer tipo de obstáculo nesse sentido. Além disso, determinou a publicação do edital e do regulamento do concurso dentro de 48 horas e sob pena de multa diária de R\$ 50 mil para a autoridade que viesse a descumprir a decisão. A determinação também garantiu a autonomia da Defensoria para praticar atos de gestão de maneira livre e independente conforme previsto no artigo 134 da Constituição Federal e no artigo 97-A, I, da Lei Complementar 80/1994. ■

UMA DEFENSORIA MODERNIZADA



2

CAPÍTULO

Informática e sedes são reformuladas para atender melhor

Em quatro anos, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro se modernizou. E isso só foi possível após uma profunda reformulação no setor de tecnologia. Em 2015, ao assumir, a Administração Superior constatou que o desenvolvimento de softwares e a manutenção dos equipamentos de informática estavam sob a responsabilidade do Departamento de Sistemas de Tecnologia (DSI) e do Departamento de Tecnologia da Informação (DIT), respectivamente. Em junho de 2016, ambos os setores passaram a trabalhar conjuntamente sob a orientação da recém-criada Diretoria de Gestão da Informação.

Alinhada à política de fortalecimento da Defensoria Pública, a reformulação permitiu uma série de avanços, como a substituição de computadores por outros mais novos e com telas duplas, aquisição de um data center próprio e os lançamentos do

site da DPRJ, da plataforma do Programa de Educação Continuada (PEC) e do Portal da Transparéncia. Além disso, softwares foram desenvolvidos e adquiridos para automatizar e facilitar as atividades das áreas fim e meio da instituição.

Os avanços, no entanto, vão além do campo virtual. A construção de novas sedes e a reforma de unidades já existentes não só atualizaram o layout dos nossos espaços, como também os tornaram mais confortáveis e acessíveis para os colaboradores e usuários. Foram muitos os avanços na estruturação dos órgãos durante este período. Mais de 1.600 novos computadores foram instalados, permitindo que cada colaborador da Defensoria tivesse seu próprio equipamento. Quanto ao link de dados, na grande maioria dos órgãos, saímos da velocidade máxima de 1MB para 4MB, buscando ampliar a eficiência e a velocidade.



Foto 1: Cerimônia de assinatura do convênio com a Coppe/UFRJ para o desenvolvimento do Sistema Verde, em agosto de 2015

Foto 2: Campanha Defensoria num Clique é criada para divulgar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

Fotos 3 e 4: SEI é apresentado à DPRJ por meio do Workshop SEI Usar

De setembro de 2016 a outubro de 2018, o Verde registrou...



... 49.968 ações distribuídas

... 216.529 ofícios gerados

... 242.080 casos cadastrados

... 237.450 acessos

SISTEMA VERDE

Um dos primeiros passos rumo à modernização foi dado com a criação do Sistema Facilitador da Defensoria Pública – o Verde. Desenvolvido por técnicos da Coppe/UFRJ, a partir de um convênio assinado em 2015 e implementado de forma piloto nos Núcleos de Primeiro Atendimento do Méier e Madureira, o programa apresentou excelentes resultados ao integrar rotinas e procedimentos nos órgãos de atuação.

Entre outros benefícios, o Verde distribui ações para o TJ-RJ pela internet com uma agilidade bem maior que o próprio modelo do processo eletrônico disponibilizado pelo Judiciário. Além disso, o sistema atualiza automaticamente o andamento processual lançado pelo tribunal, permite o acompanhamento do histórico do assistido na DPRJ e possibilita a geração de estatísticas. O Verde foi lançado em março de 2017, com ênfase nas funções de núcleos de primeiro atendimento e, logo depois, para o Núcleo do Sistema Penitenciário, enquanto novas funcionalidades seguiram sendo desenvolvidas.

FREQUÊNCIA ELETRÔNICA

Em junho de 2017, entrou em vigor a Lei 13.430 – que ficou conhecida como Lei do(a)

Usuário(a) do Serviço Público. A legislação estabelece uma série de diretrizes para as instituições públicas, dentre as quais a definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento ao cidadão. Para atender à nova regra, a Defensoria Pública editou, em outubro daquele mesmo ano, duas resoluções: as de números 896 e 897, que padronizaram os horários de funcionamento dos órgãos da instituição e regulamentaram o sistema de registro eletrônico dos servidores, respectivamente.

Para dar cumprimento a tais medidas, a DPRJ adquiriu um programa eletrônico de registro de frequência, que entrou em vigor efetivamente em janeiro de 2018, após uma fase de testes. Amplamente divulgado na instituição, o novo sistema conferiu maior confiabilidade e transparência à relação entre a Defensoria e seus servidores e usuários. Os ganhos com a frequência eletrônica foram grandes. O novo sistema possibilitou às servidoras e aos servidores, por exemplo, a compensação de horas excedentes através do banco de horas, ao criar regras claras para essas hipóteses. Dentre outros aspectos, as resoluções se destacam por prever hipóteses de flexibilidade dos horários, quando houver necessidades extraordinárias para o servidor ou para o serviço.

NOVAS SEDES

A DPRJ passou a contar com 21 novas sedes em todo o Estado e com um cronograma de obras viabilizado, principalmente, a partir do aumento do orçamento da instituição e do investimento da Defensoria em contratação de pessoal. Além dessas sedes, há outras cinco já concluídas e que serão inauguradas em 2019, duas com obras em andamento e quatro com procedimento licitatório iniciado. Outras 17 já passaram por algum tipo de reforma.

Com instalações mais modernas e confortáveis para defensores, servidores, residentes jurídicos, estagiários e usuários, as sedes são climatizadas e totalmente adaptadas às pessoas com deficiência. Além disso, contam com salas de espera equipadas com TV, bebê-douros e cadeiras longarinas para acomodar a população. A iluminação dos ambientes é LED e, por isso, mais econômica.



SEDES INAUGURADAS

Veja no mapa a localização das 21 novas sedes

• SEDES COM OBRAS JÁ CONCLUÍDAS E AINDA NÃO INAUGURADAS

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH); Pilares; Volta Redonda; Macaé; e Pinheiral.

• SEDES COM OBRAS EM ANDAMENTO

Barra do Piraí e Cantagalo.

• SEDES COM LICITAÇÃO EM ANDAMENTO

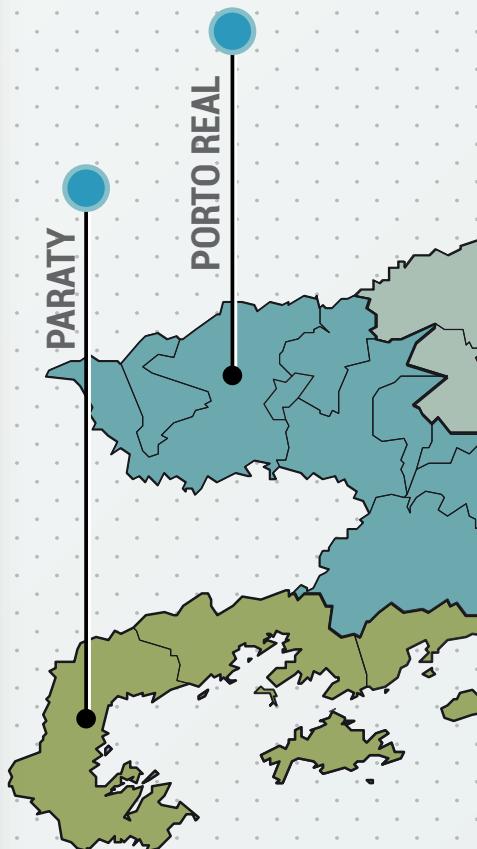
Guapimirim; Rio das Ostras; Santa Cruz; e Campos dos Goytacazes.

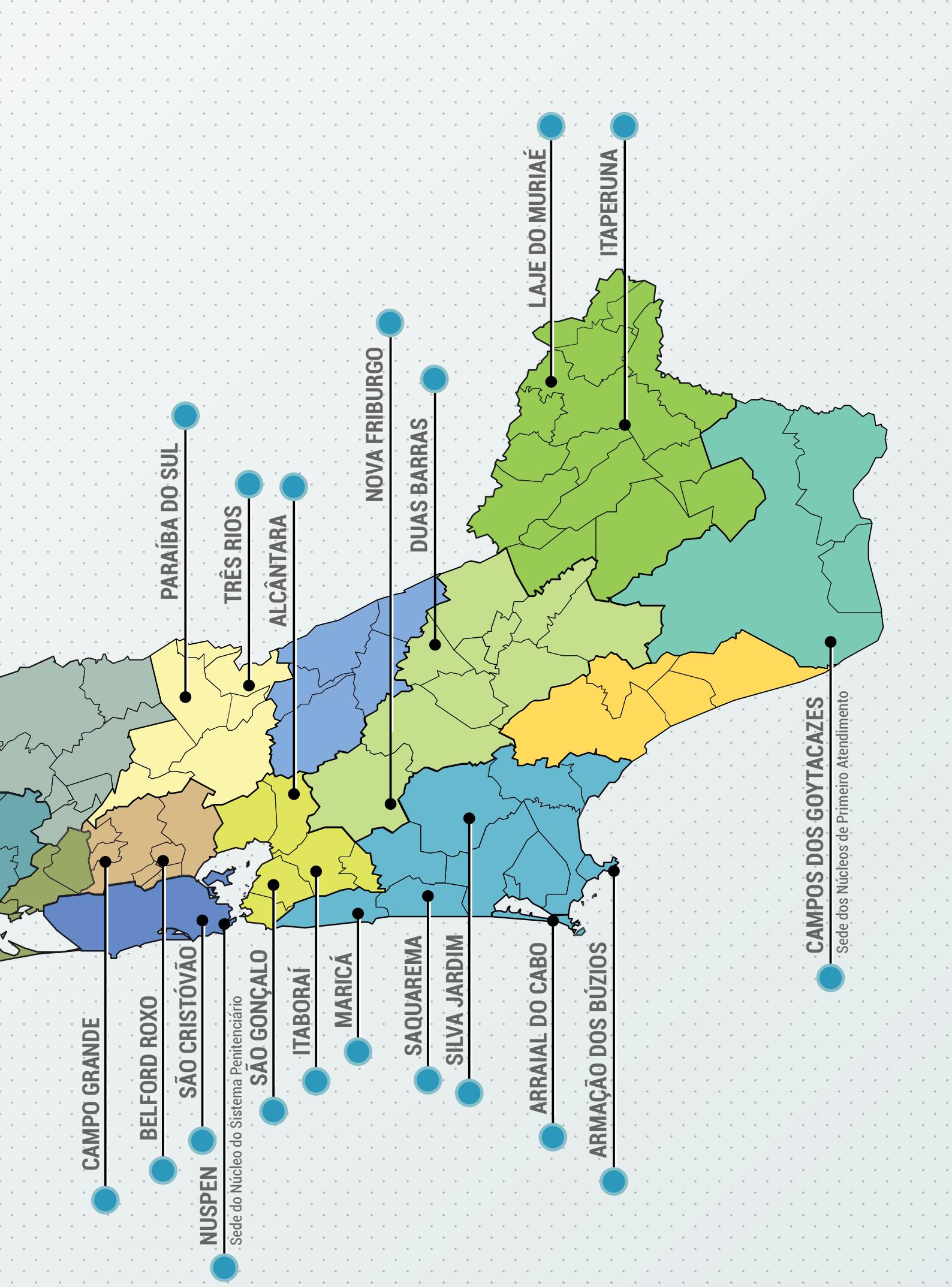
• SEDES QUE PASSARAM POR ALGUM TIPO DE REFORMA

São João de Meriti; Japeri; Botafogo; Méier; Angra dos Reis; Petrópolis; São Pedro D'Aldeia; Madureira; Olaria; Santo Antônio de Pádua; Benfica; Iguaba Grande; Arraial do Cabo; Natividade; e Núcleos de Primeiro Atendimento de Mesquita.

• OUTROS ÓRGÃOS QUE PASSARAM POR REFORMAS

Sala do Data Center na Sede Operacional Menezes Cortes; Arquivo do 7º andar da Sede Operacional Menezes Cortes; Coordenação de Gestão Documental (CODOC); sala dos residentes jurídicos na Rua Sete de Setembro Rio; Núcleo de Primeiro Atendimento no Centro do Rio.







PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Outro avanço foi o lançamento do Portal da Transparência, em 12 de abril de 2018. O novo site atende à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.574/2011). Sancionada em 18 de novembro de 2011, a norma regulamenta o direito constitucional da população brasileira às informações de todos os órgãos públicos do país.

Por acreditar que a transparéncia é a melhor arma para garantir a lisura na gestão pública, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro disponibiliza informações atualizadas sobre a execução orçamentária e financeira, as licitações, os contratos, os convênios, a gestão de pessoas, os gastos com pessoal, as prestações de contas, as demonstrações contábeis, as legislações orçamentárias e o Fundo Especial da Defensoria Pública (Fundper).

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO

Os avanços não se limitaram apenas ao processo judicial. Os processos da área meio da DPRJ também foram informatizados com a adoção do Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Criada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a ferramenta é usada por diversos órgãos da administração federal e tem como vantagem a economia de papel, além da agilidade e segurança que oferece aos processos administrativos.

Na Defensoria Pública, a implantação do SEI foi possível por meio de um convênio com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assinado em 4 de julho de 2017. A partir daquele dia, a instituição teve seis meses para mapear todos seus fluxos e organizar-se internamente. A mobilização, que contou com uma campanha interna, batizada Defensoria num Clique, envolveu todos os setores e diversos servidores. Os esforços resultaram também na atualização do Regimento Interno da instituição, que datava de 1989.

O SEI começou a funcionar na DPRJ no dia 2 de janeiro de 2018. Após um período de transição, com a digitalização dos processos físicos e a capacitação dos usuários, a instituição se tornou 100% digital. ■

Números (de janeiro e novembro de 2018):





Foto 1: Inauguração da nova sede de Campo Grande, em 23 de setembro de 2017. Foto 2 e 3: Sede de Paraíba do Sul, inaugurada em 31 de agosto de 2016. Foto 4: Inauguração de nova sede em Volta Redonda, em 17 de dezembro de 2018



UMA DEFENSORIA VALORIZADA

CAPÍTULO 3

Iniciativas valorizam carreiras de defensor e servidor

Os esforços para consolidar a autonomia institucional da Defensoria Pública refletiram-se positivamente dentro da instituição, com a efetivação de uma série de medidas, ao longo dos últimos quatro anos, que possibilitaram uma perceptível melhora no ambiente interno, assim como o reconhecimento e a valorização do nosso bem maior: as pessoas que integram a carreira e o quadro de apoio da Instituição.

PAGAMENTO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS

Em meio a um cenário marcado pela redução de direito e a uma crise política e econômica sem precedentes, árduos avanços se tornaram realidade – dentre os quais, o que assegurou o pagamento das defensoras, defensores, servidoras e servidores, em atividade ou aposentados, no último dia do mês trabalhado. Reivindicado há décadas, esse direito finalmente foi consolidado em norma legal decorrente da aprovação do primeiro projeto

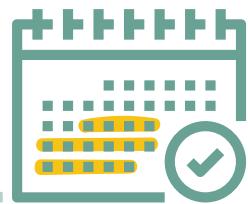
de lei de iniciativa da DPRJ, em 2015. Graças a essas transformações fundamentais na estrutura da Defensoria Pública, a Administração Superior pôde dar início a concursos públicos, tanto para a carreira como para o quadro de apoio.

A Defensoria é a instituição à qual a Constituição Federal confiou a promoção dos Direitos Humanos e a defesa judicial e extrajudicial das pessoas em situação de vulnerabilidade. Um corpo coeso com esse objetivo é imprescindível. Nesse contexto, constitui-se um dever irrevogável estimular seus membros e quadros, proporcionando-lhes meios adequados, para o cumprimento dessa nobre missão.

CARREIRA

No que diz respeito à carreira, as medidas adotadas proporcionaram significativa melhoria do ambiente e das condições de trabalho. Responsável pelo gerenciamento da

FÉRIAS



2018

78% e 72% dos defensores conseguiram garantir o mês de preferência no primeiro e segundo períodos de férias de 2018, respectivamente.

movimentação dos quase 800 defensores públicos do estado, a Coordenadoria de Movimentação (Comov) promoveu 32 concursos de remoção de janeiro de 2015 a novembro de 2018. O órgão também promoveu 80 designações temporárias fora da abertura da pretensão mensal, permitindo a continuidade do serviço da DPRJ, com a fixação de defensores no mesmo local por, no mínimo, seis meses.

Outra medida exitosa foram os concursos de lotação, inclusive para os defensores públicos recém-ingressos na Instituição. O avanço resulta da aprovação da Lei Complementar 169/2016 – a primeira de iniciativa da DPRJ. A norma regulamentou várias questões, como as atribuições do Cejur na área de educação em direitos e o poder de fiscalização da Corregedoria-Geral, que havia sido equivocadamente atribuído à Ouvidoria. Contudo, ponto que se destaca na norma é o que estendeu o direito à titularidade dos órgãos de atuação aos defensores públicos substitutos.

Essa mudança foi importante porque permitiu que os defensores administrassem suas próprias carreiras, sem ter que retornar para locais distantes de sua residência após a promoção. Além de corrigir essa situação, a titularidade nessa fase permitiu aos defensores se fixarem no órgão para o

2019

83,86% e 73,46% dos defensores conseguiram garantir o mês de preferência no primeiro e segundo períodos de férias de 2019, respectivamente.

qual foram nomeados, permitindo a continuidade do serviço.

A Lei 169/2016 foi publicada no Diário Oficial em janeiro de 2016. O primeiro concurso de lotação destinado aos defensores públicos substitutos foi realizado quatro meses depois. Ao todo, foram oferecidas 90 titularidades para órgãos de atuação em oito cidades do interior.

Outro avanço foi o novo sistema de pretensão de férias, instituído pela Resolução 895, de 20 de setembro de 2017. As novas regras têm garantido a ampla maioria dos defensores públicos gozarem suas férias nos meses pretendidos. E um dos fatores que têm contribuído para isso é a possibilidade da renúncia antecipada das férias prevista na norma. Nos processos de escolha das férias de 2018 e 2019, respectivamente 28% e 32% dos defensores optaram pela renúncia, o que democratizou o acesso dos colegas aos meses mais cobiçados.

Uma ferramenta também introduzida pela Resolução 895 é o Índice de Férias Antigas e Licença Prêmio (IFALI), que passará a ser utilizada pela Comov para analisar e deferir os pedidos de concessão de licenças prêmios e férias antigas para os membros da Defensoria.

RENUNCIA ANTECIPADA EM 2019

Ao todo, 493 defensoras e defensores (32% do total) optaram pela renúncia antecipada das férias, o que foi fundamental para garantir aos colegas mais novos alcançar as primeiras opções de escolha.

QUADRO DE APOIO

No que se refere ao quadro de apoio, a inovação ficou por conta da reestruturação da Diretoria de Gestão de Pessoas, com perfil mais estratégico e menos operacional, a fim de fomentar as ações destinadas ao desenvolvimento das servidoras e servidores. Estão sob o comando desta diretoria a Coordenação de Recursos Humanos, a Coordenação de Pessoal, a Coordenação de Pagamento, a Perícia Médica e o Departamento de Serviço Social.

Uma consequência positiva desta nova configuração foi o implemento de uma política de formação continuada na Instituição também voltada para os servidores. Parceria entre a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Capacitação do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) resultou na criação do Programa de Capacitação Continuada (PEC). A iniciativa conta com uma plataforma no site da Defensoria, com cursos diversos e ao alcance de todos. Por causa do PEC, diversos talentos da casa foram aproveitados para multiplicar conhecimento em áreas como o ITD, SEI, Registro de Frequência Eletrônica e Verde.

A fim de se aproximar dos servidores de todo o estado, a Diretoria de Gestão de Pessoas, à exemplo da Coordenação da Baixada e do Interior, passou a realizar visitas às regionais e às comarcas, para explicar procedimentos, tirar dúvidas e se colocar à disposição.

Nesta gestão, se destaca também o concurso de alteração de designação, uma iniciativa que permite aos servidores escolherem sua lotação com base no critério de antiguidade. Seis concursos foram realizados no primeiro biênio da gestão, contemplando 237 servidores. Além disso, 415 novos servidores foram empossados até maio de 2016, quando terminou a validade do último concurso para o quadro de apoio. Ainda no que diz respeito à carreira de servidor, iniciativa positiva foi



Participantes da Oficina de Minibana, realizada no Mês das Servidoras e Servidores, em outubro de 2018

o processo, realizado em abril de 2017, que resultou na seleção de dois integrantes do quadro permanente para comandar as coordenações de finanças e de controle interno.

Apesar da crise financeira no estado, com um duríssimo regime de recuperação fiscal em vigor, a DPRJ implementou ações positivas. Com a regulamentação da jornada de trabalho, contemplando hora para alimentação e repouso intrajornada, por exemplo, foram criados o banco de horas e o pagamento do plantão no valor de 1/30. Outra conquista foi o reajuste do auxílio transporte para R\$ 352 e do cartão alimentação para R\$ 535.

O quadriênio também foi marcado pela aproximação entre a Administração e os servidores. A Administração cedeu espaço para a Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Asdperj) no prédio sede da Instituição, assim como autorizou o afastamento do ocupante do cargo de presidente de suas funções para dedicar-se exclusivamente à atividade associativa.

O diálogo constante com a Asdperj resultou também em ações para o reconhecimento do servidor. Uma delas foi a aprovação da Resolução 903, que instituiu a Semana da Servidora e do Servidor da Defensoria Pública, em comemoração ao Dia do Servidor Público, celebrado no dia 28 de outubro. Outra iniciativa positiva foi a edição da Resolução 904, de 26 de outubro de 2017, que criou um grupo de trabalho, composto por defensores e servidores, para propor uma política de

melhorias das relações interpessoais no trabalho, assim como medidas para a prevenção e combate a qualquer tipo de assédio.

Com a aproximação, os servidores passaram também a ter assento no grupo de ações afirmativas, no conselho editorial da revista da Defensoria Pública e na comissão julgadora do Concurso de Práticas Exitosas e Litigância Estratégica Eliete Silva Jardim – maior prêmio da DPRJ, destinado ao reconhecimento de boas práticas na Instituição promovidas por defensores e servidores.

PERÍCIA MÉDICA

Outro destaque do quadriênio foi a decisão que retirou do estado e passou para Coordenação de Saúde Ocupacional da Defensoria Pública a competência para realizar perícias médicas para aferir doença grave em defensores e servidores. Desde abril de 2018, o procedimento passou a ser realizado na sede da DPRJ, nos casos que visam à isenção do imposto de renda e envolvem licenças de até 90 dias, por exemplo. Mais de 200 perícias já

foram realizadas. ■





Photo 1: Premiados da II Edição do Prêmio Eliete da Silva Jardim. Foto 2: IV Encontro de Atuação Estratégica, em maio de 2018. Foto 3: Atividades em comemoração ao Mês das Servidoras e Servidores 2018. Foto 4: Ação do Programa de Educação Continuada. Foto 5: A nova perícia médica da DPRJ



UMA DEFENSORIA CIDADÃ

Sociedade passou a ocupar os espaços da DPRJ para reivindicar direitos

O uso da expressão Casa da Cidadania para se referir à Defensoria Pública nunca foi tão apropriado como nestes últimos quatro anos. De 2015 a 2018, a população literalmente ocupou os espaços da Instituição, para conhecer e reivindicar seus direitos, assim como para fazer ecoar sua voz por uma sociedade menos desigual.

Exemplos da integração sociedade-Defensoria não faltam. Às vésperas das Olimpíadas do Rio, o Ronda de Direitos, projeto premiado pelo Innovare que o Nudedh e a DPU realizam junto à população em situação de rua, constatou o aumento de 60% no número de denúncias relacionadas a abordagens violentas, a agressões físicas e até ao encaminhamento forçado de quem vive nas ruas para abrigos públicos, nas áreas turísticas ou onde seriam realizados os jogos.

Para além das ações cabíveis para resguardar o direito dessas pessoas, no dia 3 de agosto de 2016, dois dias antes da abertura oficial do

evento, a DPRJ abriu as portas da instituição para uma audiência pública na qual as vítimas puderam relatar as violações dos seus direitos pelos agentes de segurança pública.

Já em março de 2017, representantes de organizações sociais ligadas aos movimentos negro e feminista, aos grupos LGBT, à população em situação de rua e a diversas comunidades da capital e região metropolitana participaram de uma reunião na sede da DPRJ, destinada à definição de um plano de trabalho na área de direitos humanos, para aquele ano. Todos compareceram a convite. Era a primeira vez que a DPRJ realizava uma iniciativa do tipo.

Outro momento marcante foi o lançamento, em setembro de 2017, da campanha 10 Medidas em Xequé, promovida pela DPRJ para chamar a atenção para a supressão de direitos que poderia ocorrer caso o Congresso Nacional aprovasse na íntegra o projeto de lei de iniciativa popular, que fora elaborado pelo Ministério Pùblico Federal e ficou conhecido

como as 10 Medidas Contra a Corrupção. A Defensoria foi a primeira instituição pública a se contrapor ao pacote, por entender que toda a população seria prejudicada com o recrudescimento proposto da legislação penal.

Também se destacam os encontros com indígenas, estudantes, refugiados e profissionais das mais diversas áreas, para pensar melhores práticas em seus campos de atuação, que foram realizadas pela DPRJ no último quadriênio.

OUVIDORIA EXTERNA

A Ouvidoria-Geral desempenhou um papel imprescindível na conquista desta interlocução com a sociedade. Desde 2015, a função de ouvidor da DPRJ é desempenhada por cidadãos não integrantes da carreira, indicados por meio de lista tríplice apresentada pela sociedade civil e eleito pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, em conformidade com a Lei 132/2009.

A adequação do órgão às diretrizes da legislação nacional, a partir do primeiro ano desta Administração, selou um vínculo efetivo e qualificado com a sociedade civil do Rio de Janeiro, ao instituir um modelo participativo e de diálogo na escolha e condução da sua Ouvidoria, uma vez que a eleição na qual foi escolhida a primeira pessoa da sociedade civil a assumir o posto principal do órgão fora marcada pelo intenso debate interno e crescente interesse da sociedade civil.

Inserir a contribuição externa e autônoma de uma pessoa da sociedade civil no cotidiano da instituição reafirmou os valores da transparência, diálogo e inovação. E foram justamente essas diretrizes que marcaram a atuação da Ouvidoria, interna e externamente. No âmbito geral, destaca-se a atuação junto as escolas ocupadas em 2016, em parceria com a Cdedica e a Coordenação de Mediação, a fim de encontrar

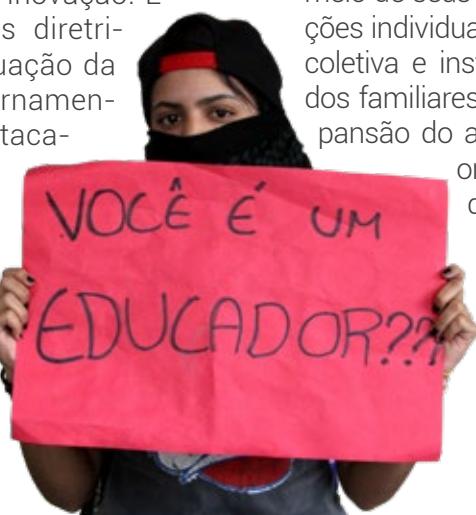
caminhos positivos e possíveis para as demandas estudantis. A atuação da Ouvidoria foi referendada por alunos, pelo Ministério Público e pela própria Secretaria Estadual de Educação.

Em 2017, destacou-se a atuação da Ouvidoria no Complexo do Alemão em um período de intenso confronto, que resultaram em 10 mortes após a instalação de uma torre blindada no interior da favela, onde policiais fizeram bases ilegais nas casas de moradores como pontos de apoio e confronto. Foi uma ação importante para garantir a aplicação dos parâmetros legais na atuação das polícias no interior das favelas.

No ano de 2018, o destaque principal foi o Circuito Favelas por Direitos, iniciativa que mobilizou organizações públicas e da sociedade civil e percorreu 30 favelas, para escutar diretamente os moradores sobre situações de violações de direitos nas operações realizadas durante o período da intervenção federal na segurança pública do Rio. Cerca de 60 defensores públicos participaram da iniciativa.

O trabalho resultou em um relatório com mais de 500 relatos, que apontaram 30 tipos de violações aos direitos dos moradores. O documento foi entregue ao Gabinete da Intervenção e à Secretaria de Segurança com sugestões para resguardar os direitos da população em operações futuras.

No âmbito interno, a presença de um ouvidor contribuiu para os debates institucionais, ao ampliar a ótica e os desafios de temas delicados para a instituição. A escuta qualificada das usuárias e usuários, feita pela Ouvidoria, por meio de seus canais, tem permitido que situações individualizadas sejam tratadas de forma coletiva e institucional, como nas demandas dos familiares de presos ou do esforço da expansão do atendimento da CRC em Caxias, onde o apoio da Ouvidoria foi fundamental para a atuação desta Administração. ■



Aluno do movimento de ocupação das escolas estaduais, em 2016. Atuação da DPRJ garantiu a assinatura de seis acordos com a Secretaria de Educação voltados para a melhoria do sistema

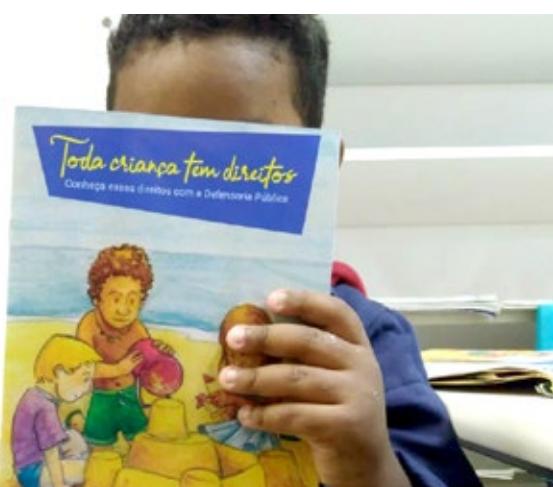


Foto 1: Mulher em situação de rua participa de audiência pública na sede da Defensoria antes das Olimpíadas. Foto 2: Auditório da DPRJ lotado para o lançamento da campanha 10 medidas em Xeque, em 2016. Foto 3: Audiência pública na DPRJ, em abril de 2017, debateu a desocupação de casas no Alemão pela PM. Fotos 4 e 5: Visitas a comunidades do Rio ao longo de 2018. Fotos 6 e 7: Também em 2018, teve início o Circuitinho Favelas por Direitos, projeto de educação sobre os direitos de crianças e adolescentes



UMA DEFENSORIA
QUE SE ESPECIALIZA

Atuação estratégica para garantir direitos

As ações empreendidas pela Administração Superior para reorganizar, assim como para resgatar a autoestima interna e a credibilidade da instituição junto à sociedade, trouxeram resultados expressivos, sobretudo com relação à atividade fim da Defensoria Pública, justamente em um momento que a população vulnerável do Rio de Janeiro mais precisava.

Nos últimos quatro anos, a Defensoria Pública atendeu mais de dois milhões e meio de pessoas apenas por meio da sua Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) – órgão que é a principal porta de entrada da Instituição. No entanto, é difícil mensurar o real alcance do trabalho desenvolvido pela Defensoria quando consideradas todas suas frentes de atuação.

Um dos objetivos da Administração Superior foi estimular a atuação estratégica pelos diversos órgãos da DPRJ, de forma a bene-

ficiar o maior número de pessoas possível. Para tanto, foram criadas coordenações para identificar as necessidades das defensoras e defensores, assim como por articular táticas bem-sucedidas de atuação, tanto na esfera judicial como extrajudicial.

Desta forma, foram criadas a Coordenação Geral do Interior e da Baixada Fluminense, a Coordenação Cível e de Família, a Coordenação de Defesa Criminal, a Coordenação da Infância e Juventude, a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher e a Coordenadoria de Saúde e Tutela Coletiva, além do fortalecimento da Coordenação de Mediação e da Coordenação dos Núcleos de Primeiro Atendimento, todas com o especial objetivo de promover a articulação em suas respectivas áreas de atuação.

Com o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da autonomia da Defensoria Pública para propor Ações Civis Públicas (ACPs) e

a articulação das coordenações, a instituição protagonizou uma atuação estratégica sem precedentes, que levou a quase 200 ações coletivas, para garantir direitos diversos.

Essas ações foram assinadas pela Defensoria no interior, assim como por órgãos como a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cdedica) e os núcleos de Fazenda Pública, de Terras e Habitação (Nuth), Defesa dos Direitos Humanos (Nudedh), Atendimento à Pessoa com Deficiência (Nuped), Atendimento Especial à Pessoa Idosa (Neapi), Contra a Desigualdade Racial (Nucora), Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (Nudversis), Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), Defesa do Consumidor (Nudecon), Sistema Penitenciário (Nuspen), Cadeias Públicas e Apoio ao Preso Provisório (Nucapp) e Audiências de Custódia (Nudac).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Coordenadoria de Defesa da Criança e do Adolescente da DPRJ atua em duas frentes: a chamada protetiva, que visa a garantir a efetivação dos direitos, e a socioeducativa, destinada a jovens em conflito com a lei. A atuação no último quadriênio mostra que o órgão desempenhou com excelência seu papel.

De 2015 a 2018, a Cdedica propôs 30 Ações Civis Públicas. As ACPs impetradas cobraram a manutenção do passe livre para os estudantes; o repasse de verbas destinadas à Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica), a fim de evitar a paralisação das aulas; a proibição da revista vexatória dos familiares que visitam as unidades de internação; o direito de ir e vir dos jovens apreendidos nos ônibus da cidade, fora da situação de flagrância, assim como o encaminhamento deles para as delegacias. Neste último caso, a atuação da Defensoria Pública foi fundamental para o juízo da Infância da capital conhecer liminar e, depois, a ordem em habeas corpus preventivo coletivo impetrado pela Cdedica. Além do HC para garantir a liberdade de ir e vir, foi proposta ação civil pública



Cartilha lúdica da Cdedica orienta pais e filhos sobre a Declaração Universal dos Direitos das Crianças



Foto 1: Cdedica acompanha movimento de ocupação de escolas por alunos, em 2016

Foto 2: Curso promovido pela Cdedica, em 2018, orienta mães que têm filhos no sistema socioeducativo



que ainda se encontra em tramitação. Outra ação importante requereu a criação de mais vagas nas creches estaduais e municipais.

Com relação ao sistema socioeducativo, as ACPs visaram, principalmente, combater as más condições das unidades de internação. Exemplo é uma ação impetrada em 2016 para cobrar solução para os problemas de estrutura do Cense Dom Bosco. Além da superlotação, os adolescentes sofriam com a falta de água potável e alojamentos com mofo e fiação elétrica exposta.

Nesse processo, a Cdedica também relatou a violência institucional praticada pelos agentes da unidade e a falta de itens básicos destinados à higiene pessoal dos jovens internados. Em razão da prioridade absoluta conferida pela legislação, a área da infância e juventude da Defensoria foi reforçada, em fevereiro de 2018, com a criação de uma coordenação.

Reunindo todos os órgãos da Defensoria com esta atribuição e a Cdedica, a nova Coordenação da Infância e Juventude passou a estudar e propor políticas institucionais específicas, assim como a promover a atuação conjunta e articulada na instituição, para a melhor defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

ACESSO À SAÚDE

De 2015 a 2018, a Coordenação de Saúde e

Tutela Coletiva propôs, em conjunto com o Núcleo de Fazenda Pública e demais órgãos de atuação da DPRJ, um total de 46 Ações Civis Públicas para requerer soluções para problemas diversos, como a regularização do estoque de medicamentos e insumos, o repasse de verbas contingenciadas da saúde, a falta de assistência médica em presídios e o déficit de vagas nas unidades e centros de terapia intensiva (UTIs e CTIs).

A falta de leitos de terapia intensiva no Sistema Único de Saúde do Rio, inclusive, levou a coordenação a fazer uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em maio de 2018. Levantamento feito pelo órgão com base nos casos atendidos pela DPRJ no



Reprodução de cards do Facebook da DPRJ sobre a atuação na área de saúde

plantão judiciário noturno, revelou que, em média, três pessoas morreram por dia, no período pesquisado, à espera de uma vaga em UTI na rede pública.

Paralelamente à atuação judicial, se destacaram também os esforços empreendidos pela coordenação para resolver os problemas na prestação da saúde de forma administrativa. Exemplo disso é o projeto Caravana de Direitos em Saúde, que resultou na assinatura de convênios para a instalação de Câmaras de Resolução de Litígios em 15 municípios da região metropolitana e do interior.

O índice de acordos extrajudiciais garantindo remédios ou assistência médica para a população, celebrados nestas câmaras, chegou a 66,2% no último ano desta Administração. De 2015 a 2018, foram criadas 15 câmaras, nas seguintes cidades: Duque de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Nilópolis, Japeri, São Gonçalo, Vassouras, Bom Jardim, Nova Friburgo, Silva Jardim, Magé, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Campos dos Goytacazes e Mesquita.

TERRAS E HABITAÇÃO

Em meio à crise econômica, a atuação do Núcleo de Terras e Habitação foi fundamental para garantir o direito constitucional à moradia, sobretudo para a população mais vulnerável do Estado. Ao todo, o Nuth propôs 12 ACPs envolvendo a temática ao longo dos dois mandatos desta Administração.

Uma ACP que chamou a atenção teve como objetivo a condenação do Estado e do Município do Rio a repararem e adequarem as obras realizadas pelo PAC no Parque João Goulart, assim como a realizarem reformas para viabilizar as moradias prejudicadas na Rua São José, em Manguinhos.

Por causa da crise no Estado, o governo estadual publicou decreto, em 4 de novembro de 2016, extinguindo o programa do Aluguel Social com fundamento na ausência de previsibilidade de receita. O NUTH, então, enviou nota técnica aos deputados estaduais demonstrando se tratar de decreto inconstitucional e ilegal. Os parlamentares, por sua vez, firmaram o projeto de decreto legislativo que foi pautado e aprovado. A mobilização dos beneficiários também foi fundamental para a aprovação.

Outra ação importante, movida em conjunto com o Núcleo de Fazenda Pública, foi movida em junho de 2016 para obrigar o Governo do Estado a pagar o benefício do Aluguel Social às famílias do Programa Morar Seguro, que estava em atraso desde abril daquele ano. Uma liminar obtida pelo núcleo garantiu o arresto dos valores até outubro de 2018, quando finalmente o pagamento foi regularizado.



Nuth assiste as famílias removidas da Vila Autódromo, na Barra da Tijuca, por causa das obras das Olimpíadas



DIREITOS HUMANOS

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos também teve uma atuação de destaque. Em quatro anos, o órgão atuou em 19 grandes casos de tutela coletiva a fim de garantir os direitos mais elementares. Um deles foi a ACP da Maré, que denunciou as sistemáticas violações de direitos humanos ocorridas nas operações policiais realizadas em favelas. A Justiça atendeu ao pedido da DPRJ e determinou o Estado a elaborar um plano de redução de danos e riscos, assim como a instalar câmeras nas viaturas policiais e a manter ambulâncias nas incursões. Neste mesmo processo, a Defensoria também requereu a proibição da utilização do helicóptero como plataforma de tiros.

Outra atuação importante foi a impetração do habeas corpus que resultou na proibição do uso de mandados de busca e apreensão coletivos, pelas forças de segurança, nas favelas do Jacarezinho e Cidade de Deus. O Nudedh também atuou para que a DPRJ ingressasse como Amicus Curie na Ação Direita de Inconstitucionalidade em tramitação no STF que questiona a Lei 13.491, que transferiu da Justiça Comum para a Justiça Militar a competência para processar e julgar homicídios de civis atribuídos a integrantes das Forças Armadas durante operações em comunidades.

Em novembro de 2017, menos de um mês após a sanção dessa lei, uma operação da Coordenadoria de Recursos Especiais e das Forças Especiais do Exército brasileiro na Fa-

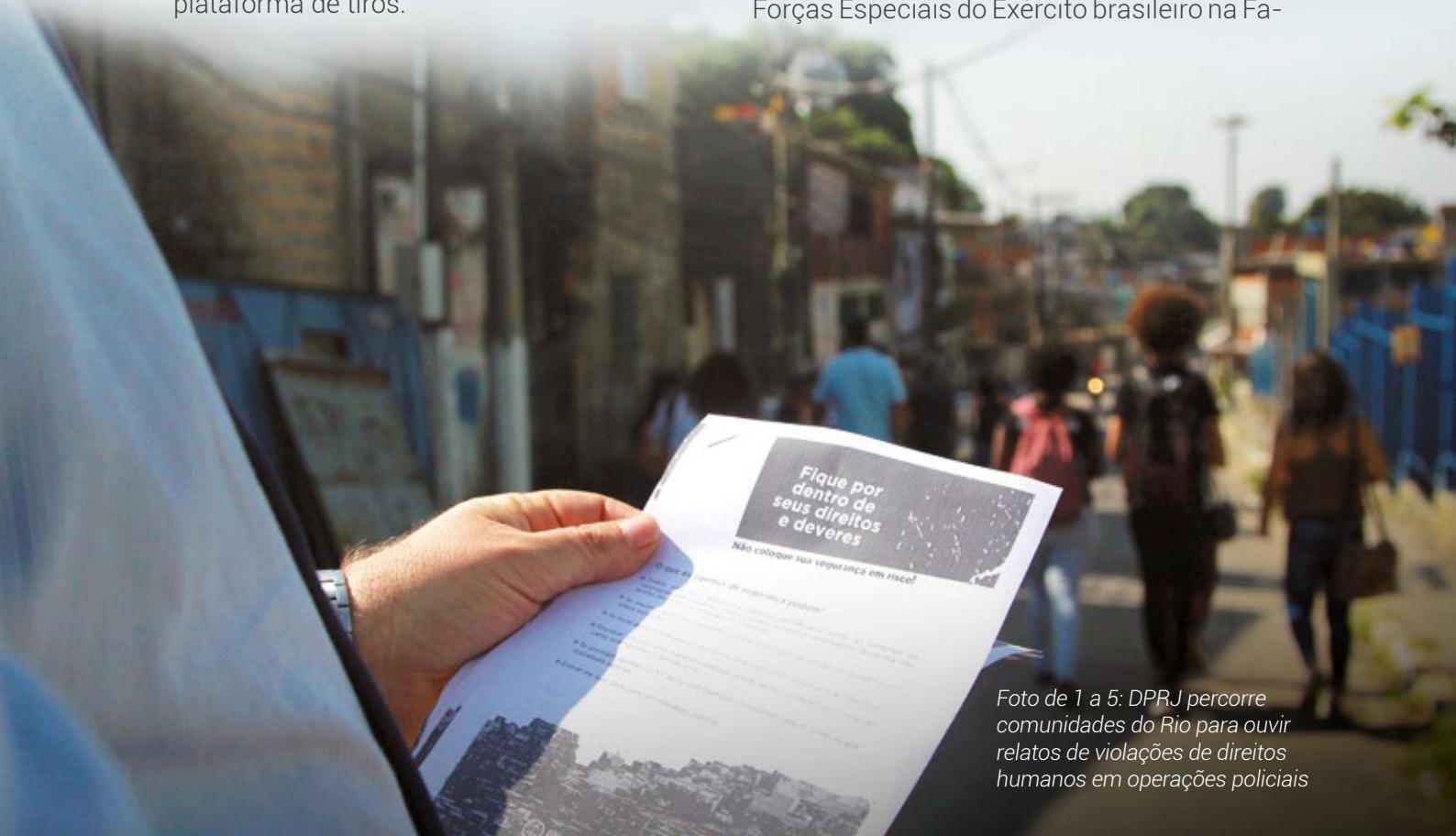


Foto de 1 a 5: DPRJ percorre comunidades do Rio para ouvir relatos de violações de direitos humanos em operações policiais

vela do Salgueiro, em São Gonçalo, resultou na morte de oito civis. Em razão dos fortes indícios de execução, o Nudedh formalizou, em maio de 2018, uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para requerer a plena investigação.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

O Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (Nuped) teve uma atuação marcante nesse quadriênio. Entre as iniciativas do período, destaca-se a recomendação elaborada em conjunto com a Coordenação Cível e de Família, enviada aos defensores com orientações sobre como requerer ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro um intérprete de libras nas audiências em que a tradução é necessária.

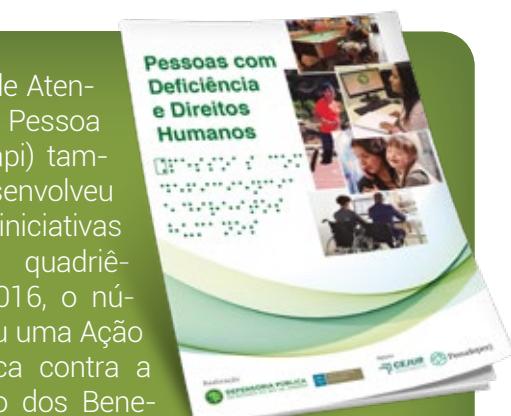
Destaca-se também a atuação do núcleo na área de educação em direitos, com a realização de diversos cursos e eventos de capacitação para divulgar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigor em julho de 2015. Nesse sentido, outra importante iniciativa foi a criação da Cartilha da Pessoa com Deficiência. Disponível no site da DPRJ, a publicação tem cores e contrastes apropriados a quem tem baixa visão e conta com uma versão em áudio. A publicação foi lançada no dia 5 de novembro de 2018 e marcou as comemorações pelos 20 anos do Nuped.

Ações individuais movidas:

Neapi

2015	365
2016	303
2017	354
2018	248

TOTAL: 1.270 ações



O Núcleo de Atendimento à Pessoa Idosa (Neapi) também desenvolveu relevantes iniciativas durante o quadriênio. Em 2016, o núcleo moveu uma Ação Civil Pública contra a Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Rio de Janeiro (Abeprev-Rio). Sem saber, centenas de aposentados e pensionistas foram induzidos a se associar à entidade e começaram a receber cobranças relativas à taxa administrativa anual e contribuições mensais.

Por não reconhecer a dívida, muitas pessoas não pagaram e, por isso, acabaram com os nomes incluídos em cadastros de restrição de crédito ou negativados. Uma liminar obtida pelo Neapi cancelou as cobranças e proibiu a associação de sujar o nome dos aposentados e das pensionistas, assim como promover novas adesões.

Nuped

2015	130
2016	104
2017	136
2018	110

TOTAL: 480 ações

COMBATE AO RACISMO

Criado em 2014, o Núcleo Contra a Desigualdade Racial tem como missão a defesa individual e coletiva dos cidadãos cujos direitos tenham sido violados em razão de sua origem, cor, identidade étnico-racial, nacionalidade ou orientação religiosa. Para tanto, o Nucora tem como atribuição fiscalizar e desenvolver políticas destinadas a reduzir as desigualdades étnico-raciais. O resultado desse trabalho tem sido notável.

Nessa Administração, o Nucora ajuizou seis Ações Civis Públicas para combater o racismo em situações diversas. É o caso de duas ACPs movidas em 2016 e 2018, respectivamente, para requerer a permanência da bolsa de discentes cotistas e pedir punição contra torturas perpetradas por policiais militares contra moradores negros na UPP de nova Brasília. Em outra ação, o Nucora denuncia a violação dos direitos de uma comunidade quilombola de Mangaratiba. O acesso ao local passa por dentro de duas fazendas. Como forma de pressionar a saída das 57 pessoas que residem nas terras, os proprietários provocam uma série de restrições, principalmente quanto à saída e entrada dos moradores.

Outra frente de atuação do Nucora é a conscientização. Pesquisa realizada em conjunto

com outros órgãos da Defensoria revelou que o risco de violência obstétrica no período da gravidez e do parto é 2,7 vezes maior para as mulheres pretas do que para as pardas ou brancas, evidenciando o racismo latente ainda nas instituições públicas.

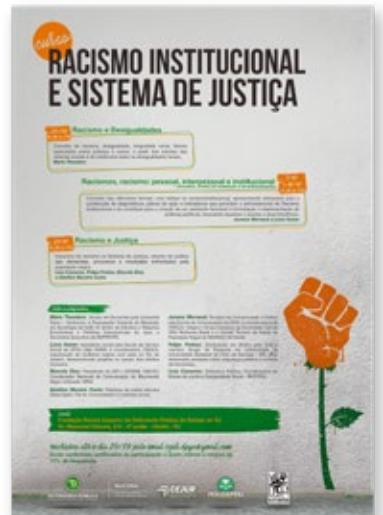
Esse tema, inclusive, foi debatido em duas Jornadas sobre o Racismo Institucional e Sistema de Justiça, promovida pelo núcleo com especialistas e a sociedade civil. O combate ao racismo é um tema caro à Defensoria Pública, que mantém política de cotas nos concursos para defensores, servidores e residentes jurídicos.



Defensoria faz ação inédita para legalizar terreiros em Duque Caxias

Município é dos que mais sofrem com intolerância religiosa

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

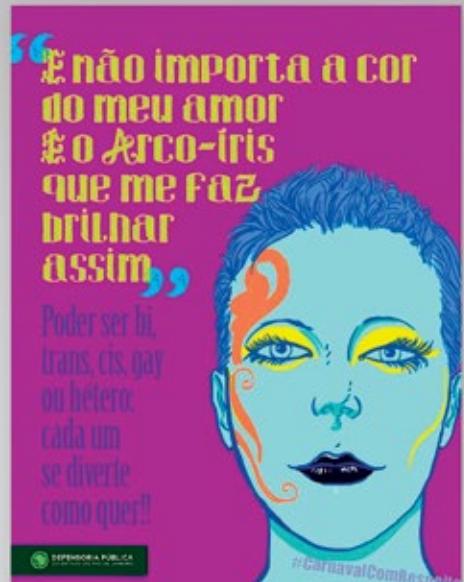


Evento promovido pela Defensoria debate o racismo institucional ainda latente no Brasil





Servidoras participam da campanha criada pelo Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas na DPRJ. Imagens menores 1 a 3: Cards publicados no Facebook da DPRJ defendem a diversidade sexual e direitos das mulheres. Foto 4: Reprodução de livro sobre a atuação da Defensoria na defesa das mulheres



DIVERSIDADE SEXUAL

O Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual foi criado em 2011 para monitorar e fomentar políticas públicas destinadas a promover os direitos das pessoas LGBT. E o que não faltam são exemplos dessa atuação. Pesquisa realizada 2016, em conjunto com a Diretoria de Estudos e Pesquisa de Acesso à Justiça da DPRJ, mostrou que as ações de requalificação civil para mudança de nome das pessoas transexuais enfrentavam um cenário de grande demora e insegurança no Judiciário do Rio. Mesmo após anos de espera, nem sempre o pedido era deferido em sua integralidade, pois o entendimento então vigente na época era de que a mudança de gênero e nome nos documentos oficiais dependia da cirurgia de redesignação sexual.

A proteção jurídica à identidade de gênero autopercebida foi defendida pelo Nudiversis na Comissão Interamericana de Direi-

tos Humanos, em audiência realizada em 17 de maio de 2017 – Dia Internacional de Combate à LGTBfobia. Na ocasião, o núcleo destacou que a falta de reconhecimento é uma das principais causas da violência contra a população trans. Por isso, defendeu a fixação de um parâmetro para os países da América Latina e do Caribe para que as pessoas transexuais que desejam trocar o nome e o sexo nos documentos oficiais possam fazê-lo de forma rápida e gratuita.

O Nudiversis atuou combativamente em prol do reconhecimento do nome social e gênero autopercebido, tendo enviado recomendações ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria de Justiça do TJ. Com a decisão do STF, em março de 2018, reconhecendo o direito das pessoas transexuais a alterar o registro civil sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, o núcleo monitora a implementação deste direito.



DEFESA DAS MULHERES

O Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) foi criado há 21 anos, quando as delegacias especializadas podiam ser contadas nos dedos, a violência contra a mulher ainda era considerada de "menor potencial ofensivo", feminicídio era uma expressão desconhecida e não havia Lei Maria da Penha. Pioneiro nesta área, o Nudem prestou um imenso serviço nos últimos quatro anos.

Pelo núcleo, passam todos os anos 1.100 mulheres em média à procura de primeiro atendimento, a quase totalidade moradora no município do Rio. O perfil socioeconômico é variado: das mais pobres às privilegiadas, pois a violência de gênero não distingue classe social ou renda. Os casos atendidos são diversos – envolvem agressões físicas, violência psicológica, violência sexual, estupros coletivos, violência obstétrica e violência institucional contra presas, por exemplo. De 2015 a 2018, o Nudem moveu 10.671 ações individuais para

resguardar os direitos de mulheres.

A atuação do Nudem ganhou reforço com a criação da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher, em setembro de 2016. O órgão tem como objetivo fomentar uma política institucional atenta à perspectiva de gênero junto a todas as unidades da DPRJ que atendem mulheres em situação e violência.

Pesquisa realizada pelo Nudem revelou que, do total de medidas previstas na Lei Maria da Penha para proteger as mulheres vítimas de violência, apenas três têm sido mais utilizadas pela Justiça: a proibição do agressor se aproximar ou manter contato com a mulher e, em menor número, a obrigação de sair do lar. A Lei Maria da Penha, por sua vez, prevê um conjunto de medidas relevantes para a proteção das mulheres vítimas de violência. Diante deste cenário, o fomento a uma política institucional de proteção à mulher é prioridade.



Imagens de 1 a 3: Cards publicados no Facebook da Defensoria divulgam atuação do Nudecon

DIREITO DO CONSUMIDOR

Criado em 1989, o Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria tem como missão atender os consumidores em situação de hipossuficiência e superendividamento – o que vem sendo feito com êxito. De 2015 a 2018, o Nudecon atendeu 25.476 pessoas. Contudo, o alcance da atuação do órgão foi muito maior. É que a estratégia adotada pelo núcleo foi priorizar a atuação extrajudicial e as ações coletivas para que as soluções obtidas alcancem toda a sociedade.

Demandas afetadas pela má prestação de serviços como fornecimento de água, esgoto, energia, telefonia, tarifa social, transporte público, planos de saúde e bancários são recorrentes no Nudecon. Muitos desses casos têm sido solucionados por meio de acordos com as empresas reclamadas. Em quatro anos, o núcleo firmou 16 termos de cooperação, resolvendo com mais agilidade problemas que afigem milhares de consumidores.

A atuação judicial também foi realizada de forma estratégica. Atualmente, o Nudecon tem 76 Ações Civis Públicas em andamento. Trinta e cinco delas foram impetradas entre 2015 a 2018. Ou seja, 46,05% do total das ACPs em tramitação foram movidas nessa Administração.

Dentre essas ações, se destacam as que têm por objetivo a proteção dos cerca de cinco milhões de usuários do sistema Bilhete Único que foram lesados pelo aumento repenti-

no do valor da tarifa e pela falta de divulgação das informações sobre os créditos remanescentes nos cartões. A licitação do serviço de bilhetagem eletrônica, concedido pelo Governo do Estado à Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio (Fetranspor), sem a realização de qualquer tipo de concorrência, é também objeto de outra ação coletiva movida pelo Nudecon.

No decorrer de 2016, quando a crise financeira do Estado chegou ao ápice, ACP protocolada pelo núcleo foi fundamental para impedir diversos bancos de confiscarem diretamente das contas correntes dos servidores públicos estaduais os valores referentes a empréstimos consignados que deixaram de ser repassados pelo Estado, que não estavam pagando os salários.

Outra importante frente de atuação do Nudecon durante o quadriênio está ligada à educação em direitos. O núcleo conta com um setor especializado em superendividamento e promove, em parcerias com entidades do setor, cursos e palestras de educação financeira. Pesquisa realizada pelo núcleo com seus assistidos, mostrou que a maioria chegou a ter 90% da renda familiar comprometida por dívidas. Uma solução adotada pelo núcleo para resolver o problema dessas pessoas foi a conciliação. O índice de acordo obtido pelo Nudecon para tirar as pessoas do endividamento, segundo o estudo, chegou a 61%.

DEFESA CRIMINAL

Responsável por cerca de 70% dos processos penais em tramitação no Rio, a Defensoria Pública passou a atuar de forma mais estratégica neste campo com a criação da Coordenação de Defesa Criminal logo no primeiro ano da gestão.

O órgão passou a avaliar as dificuldades enfrentadas pelos defensores criminais e a elaborar orientações, sistematizando assim uma política na instituição voltada para a área penal. Exemplos disso são a criação do Programa de Controle Carcerário e a edição da Resolução 819, que estabeleceu uma política institucional de atenção às mulheres grávidas, lactantes ou mães de crianças com até 12 anos de idade, que estão privadas de liberdade, e da Deliberação Conjunta 107 que criou e regulamentou o funcionamento do Núcleo de Audiências de Custódia (Nudac).

Encontram-se sob a orientação da Coordenação de Defesa Criminal os defensores das varas e câmaras criminais, assim como o Nuspen, Nucapp e Nudac. Também são recorrentes os casos em que a coordenação atua em conjunto com outros órgãos da instituição. A ação conjunta com o Nudedh, por exemplo, resultou no fim da revista íntima vexatória imposta aos visitantes de presídios no Rio. Também em conjunto com o Nudedh e a Cdedica foi construído o protocolo de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, fazendo da Defensoria Pública uma das poucas instituições na América Latina a estabelecer um fluxo de atuação para esse tipo de violação de direitos.

A sistematização da atuação criminal tem trazido excelentes resultados. Nesses quatro anos da gestão, o Nuspen, por exemplo, protocolou sete ACPs contra a falta de estrutura dos presídios fluminenses e a superlotação.

Uma dessas ações foi impetrada em conjunto com a Coordenação de Saúde e Tutela

Coletiva para cobrar do Estado e da Prefeitura uma solução para a falta de médicos e remédios nas unidades prisionais. Segundo dados da ação, o número de mortes nas prisões, por doenças que poderiam ser tratadas, subiu 10 vezes no período de 20 anos.

A precariedade do sistema penitenciário, inclusive, levou à DPRJ a protocolar denúncias na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Um exemplo é o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, que chegou a ser inspecionado pelo órgão em julho de 2017. Diante da inéria do Estado brasileiro em sanar os problemas constatados pela comissão *in loco*, a denúncia foi encaminhada para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que proibiu o ingresso de novos presos naquela unidade e obrigou o Brasil a computar em dobro cada dia de pena cumprido naquele estabelecimento. Em três anos, 70 presos morreram no IPPSC por causas naturais.

Ainda na esfera penal, outra frente de atuação importante foram as audiências de custódia, que consiste na apresentação do réu a um juiz, para que analise as condições da prisão em flagrante e a necessidade de mantê-la. O procedimento foi implantado pelo Tribunal de Justiça do Rio em setembro de 2015. Desde então, a DPRJ tem monitorado a iniciativa e produzido relatórios estatísticos, o que tem sido fundamental para dimensionar o grave problema dos presos provisórios no Estado.

Segundo dois relatórios publicados, de setembro de 2015 ao mesmo mês de 2017, o Nudac defendeu 6.382 réus submetidos à audiência de custódia. Desse total, 2.753 receberam a liberdade provisória e 45 tiveram a prisão relaxada. Ou seja: 44% dos casos em que a DPRJ atuou resultaram em liberdade. O índice de retorno dos réus no mesmo período, por sua vez, não chegou a 6%.

Os relatórios produzidos pela DPRJ também

expuseram o perfil dos custodiados: a maioria é pobre, negra e com baixa escolaridade. E mais: não são poucos os casos em que os réus foram submetidos a maus tratos, agressões e até tortura por ocasião de prisão em flagrante.

A atuação da Defensoria nas audiências de custódia tem evitado injustiças. Exemplo dis-

so foi a prisão, em abril de 2018, de 159 pessoas que estavam em uma festa em Santa Cruz, na Zona Oeste, sob a acusação de pertencerem à milícia. Responsável pela defesa de 36 presos, a DPRJ conseguiu demonstrar a ilegalidade das prisões. A atuação resultou na soltura de todos os assistidos pela instituição e mais outras 101 pessoas acusadas.



Defensores da área criminal inspecionam condições dos presídios e prestam orientações a presos

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

Mais de dois milhões e meio de pessoas foram atendidas pela Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) de janeiro de 2015 a outubro de 2018. Levando-se em consideração os atendimentos registrados pelo telefone 129 e pela internet, o órgão atendeu ao todo, por esses canais, a 2.571.040 usuários.

Diante da demanda, algumas medidas foram necessárias para otimizar o serviço. A fim de diminuir o tempo médio da ligação, por exemplo, houve a implementação, logo no início do segundo biênio de gestão, da automação da lista de documentos necessários ao atendimento presencial mediante a sua leitura automática pela máquina durante a ligação e/ou o envio dela por e-mail, já com as informações relativas a data, horário e endereço do agendamento. A medida permitiu ampliar a prestação de serviços telefônicos em 25%, sem que para isso fosse necessário aumentar a equipe de atendentes.

Além disso, a CRC passou a enviar um lembrete do agendamento com 48 horas de

antecedência e também ampliou o atendimento do 129 mensalmente, em 11,8 mil ligações, ao implementar o serviço de direcionamento automático para chamadas como as relacionadas a casos trabalhistas, de competência da Defensoria Pública da União (DPU), entre outros.

Ao todo, 16.983 pessoas foram atendidas pela internet ao longo do primeiro ano de gestão e 32.975, no decorrer do segundo. No biênio seguinte, o setor passou a trabalhar com uma demanda online quase três vezes maior, em razão da facilidade do contato e da ampla divulgação do canal. Em 2017, para se ter uma ideia, foram 59.976 atendimentos online prestados aos usuários. Em 2018, a CRC havia registrado 69.734 atendimentos online somente até o mês de outubro.

A atuação da CRC também ganhou destaque pela campanha de atualização de seu banco de dados, iniciada em 2015; e pela expansão do agendamento eletrônico para os

Em quatro anos:

Ligações atendidas pelo 129:	2.391.372
Agendamentos realizados pelo 129:	781.956
Atendimento Online:	179.668
Ligações atendidas no plantão:	332.554
Total de atendimentos: (pelo 129 e também online):	2.571.040

<i>Dados CRC</i>	2015	2016	2017	2018
Ligações atendidas pelo 129	657.777	528.799	609.285	595.511
Agendamentos realizados pelo 129	160.624	186.569	214.656	220.107
Ocorrências realizadas pelo 129	24.234	23.576	29.864	57.643
Atendimentos Online	16.983	32.975	59.976	69.734
Agendamentos pelo Atendimento Online	3.029	6.226	13.669	20.203
Ocorrências realizadas pelo Atendimento Online	378	757	1.910	3.539
Ligações atendidas no Plantão	143.923	117.699	49.381	21.551
Auto-atendimento			769.615	845.538



Foto 1: Defensoria nas Ilhas leva orientação jurídica a moradores da Ilha Grande. Foto 2: Casal oficializa união na edição da iniciativa realizada em junho de 2018. Foto 3: Projetos Mega Ação Social e Defensoria nas Ilhas promovem mutirão em Paquetá, em setembro de 2018. Foto 4 e 5: Pessoas recebem orientação jurídica na I Mega Ação Social da DPRJ na Central do Brasil, realizado em maio de 2018

núcleos de Irajá; São Cristóvão; Queimados; Duque de Caxias; Campos dos Goytacazes; Nova Iguaçu; Região Oceânica; Bangu; Campo Grande; e Guaratiba.

Houve ainda a expansão da triagem qualificada para todos os órgãos da Regional do Méier e de Campo Grande e para parte dos órgãos de Campos dos Goytacazes. O serviço em questão auxilia a população no acompanhamento dos processos com o objetivo de evitar a ida do assistido ao órgão de atuação sem que haja real necessidade para isso.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Promovidas pela Coordenação de Programas Institucionais, em fins de semana e feriados, as ações sociais da Defensoria Pública registraram números impressionantes. De 2015 a 2018, foram realizadas 466 edições, que resultaram em 94.387 atendimentos e 82.586 ofícios de gratuidade expedidos para a população obter acesso a serviços diversos. Nessas ocasiões, também foram prestadas orientações jurídicas e iniciadas 2.867 ações judiciais.

Os três temas mais procurados nas ações sociais foram "divórcio consensual ou litigioso", "conversão da união estável em casamento" e "processo para a retificação de registro", respectivamente com 411, 321 e 232 atendimentos no período. A exceção foi em 2018. Do total de atendimentos, 1.400 tratavam da falta de vagas nas creches públicas. Em razão da procura, a DPRJ promoveu, em fevereiro e março de 2018, ações sociais nos núcleos de 1º Atendimento de Jacarepaguá e de Santa Cruz, especificamente para atender mães e pais que não tinham conseguido matricular os filhos na rede estadual ou municipal de educação.

Com relação aos ofícios de gratuidades expedidos, a maioria foi para obter a segunda via da carteira de identidade (38.247 do total), a segunda via da certidão de nascimento (16.173) e a habilitação de casamento (8.201).

No quadriênio, as ações sociais foram objeto de projetos específicos. Um deles é o Defensoria nas Ilhas. Lançado em março de 2018, a iniciativa levou serviços essenciais a quem não mora no continente. Ao todo, foram 2.222 atendimentos prestados na Ilha de Paquetá, Ilha de Marambaia (Mangaratiba), Ilha do Araújo (Paraty) e Ilha Grande. Já as Megas Ações Sociais, realizadas em maio, setembro e dezembro de 2018, registraram 2.762 atendimentos nas edições realizadas na Central do Brasil, Ilha de Paquetá, Santa Tereza e Angra dos Reis.

Além das ações sociais, a Coordenação de Programas Institucionais desenvolveu ações de educação em direitos. Nesse sentido, chama a atenção o projeto Defensores da Paz. Lançada em maio de 2015, a iniciativa oferece a lideranças comunitárias aulas sobre direitos humanos e acesso à saúde, educação e habitação, por exemplo. Nos últimos quatro anos, foram seis cursos promovidos no Complexo do Alemão, Belford Roxo, Volta Redonda, Duque de Caxias e Campos.

A coordenação fomentou também a atuação estratégica. No quadriênio, o órgão promoveu quatro encontros anuais para discutir formas estratégicas de atuação nas áreas cível, família, crime, direito público, infância, mulher e direitos humanos. Os dois primeiros encontros resultaram em enunciados, teses e petições referentes aos temas discutidos. Já nos dois últimos, foi inaugurado um modelo de monitoramento estratégico, com planejamento e fixação de metas cujo cumprimento pode ser acompanhado no site da DPRJ.

Nos últimos quatro anos, a coordenação promoveu diversos encontros de trabalhos, que permitiram mais integração e atuação direcionada. A presença da DPRJ na Corte Interamericana de Direitos Humanos e a parceria firmada com a Open Society Justice Initiative, que proporcionou a realização de cursos como o de Cross Examination e o Workshop Sobre Tortura no Sistema ONU, também foram destaques nos quatro anos da gestão.

ASSESSORIA PARLAMENTAR

Nos últimos quatro anos, a Defensoria Pública ampliou seu espaço de atuação e fortaleceu seu diálogo com o Poder Legislativo. Isso foi possível com a reformulação da Assessoria Parlamentar, desde janeiro de 2015, especialmente para defender temas de interesse da instituição em debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

O desenvolvimento desse trabalho foi diário, por meio da participação da assessoria nas audiências públicas e reuniões realizadas pelas comissões da Alerj, envolvendo, sempre que necessário, os responsáveis pelas coordenações e núcleos especializados da DPRJ nas discussões de projetos de interesse da instituição. Em pouco tempo, a Assessoria Parlamentar criou e estreitou laços com os líderes parlamentares e de governo.

Os resultados dessa atuação foram animadores. Já em dezembro de 2015, por exemplo, a Alerj aprovou, em discussão única, a Lei Complementar nº 15 – a primeira de iniciativa da DPRJ. Essa norma atualizou a Lei Orgânica da instituição, adequando-a à legislação federal com relação à autonomia financeira e administrativa da Instituição.

Por meio da Assessoria Parlamentar, a DPRJ pôde também defender os interesses da população vulnerável, principalmente durante a crise financeira que se abateu sobre o Rio. Exemplo disso foram as notas técnicas enviadas à Alerj em 2016, quando da votação dos projetos de lei necessários para o Governo Estadual aderir ao duríssimo Regime de Recuperação Fiscal então oferecido pela União.

Durante a crise financeira, a DPRJ defendeu a população contra os seguintes projetos de lei:

- **Projeto de Lei Complementar 35/2016** – limitava as despesas com pessoal, saúde e educação, com base em metas fiscais e não nas necessidades sociais;
- **Projeto de Lei Complementar 34/2016** – estabelecia o repasse mensal do duodécimo do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, a partir de 2017, com base em um percentual da receita corrente líquida do período anterior;
- **Decreto 45.806/2016** – extinguia o aluguel social no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Lei 2246/2016** – extinguia o Programa Renda Melhor, em prejuízo a 154.119 famílias que vivem abaixo da linha da pobreza;
- **Projeto de Lei 2248/2016** – limitava o benefício do Bilhete Único ao valor de R\$ 150,00 mensais por beneficiário e vedava o benefício tarifário do Bilhete Único Intermunicipal para integrações com as vans.



A índia Regina Helena tirou a primeira identidade aos 95 anos em uma ação social realizada pela Defensoria Pública em uma das últimas aldeias indígenas do estado, a Guarani Sapukai. A comunidade fica a 25 quilômetros de Angra dos Reis



Fotos ao lado:
Defensoria Pública
marca presença
no Legislativo estadual

COORDENADORIA CÍVEL E DE FAMÍLIA

Uma grande conquista dos defensores públicos foi a aprovação da deliberação sobre parâmetros de identificação da vulnerabilidade para atendimento pela Defensoria Pública. A partir de enunciado extraído no 1º Encontro de Atuação Estratégica, realizado no dia 29 de maio de 2015, a Coordenadoria Cível assumiu a tarefa de elaborar, democraticamente, uma minuta de deliberação. Foi então feito um grande estudo pela Diretoria de Pesquisa, seguido de um levantamento com toda a classe (que obteve resposta de 212 defensores, sendo que 87,4% deles entenderam necessário o estabelecimento do critério objetivo para a hipossuficiência econômica), uma audiência pública para manifestação dos defensores sobre a minuta apresentada, recebimento de sugestões por e-mail, e em seguida a aprovação em reunião extraordinária do Conselho Superior.

Uma importante frente de atuação da Coordenadoria Cível durante o quadriênio está

ligada aos processos considerados estratégicos para a instituição, especialmente os incidentes de resolução de demandas repetitivas que tramitam no TJ e os recursos repetitivos que tramitam nos tribunais superiores, podendo-se citar o IRDR que tratava dos superendividados e o recurso extraordinário que visa à superação e cancelamento do enunciado 421 da súmula da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, de modo a viabilizar o pagamento de honorários pelo Estado à Defensoria Pública.

A Coordenadoria Cível vem atuando também para permitir a inserção dos assistidos da Defensoria Pública em grandes acordos de repercussão nacional, como ocorreu com as tratativas que levaram a Febraban a criar um módulo customizado para atendimento aos defensores públicos que desejam utilizar a plataforma eletrônica para adesão dos seus assistidos ao acordo coletivo relativo aos expurgos inflacionários dos planos econômicos, já homologado pelo STF.

Vale destacar, também, a implementação



junto à Corregedoria de Justiça e aos cartórios extrajudiciais, da atuação estratégica definida pelos defensores dos núcleos de primeiro atendimento, que torna desnecessária a expedição de ofícios para obtenção de gratuidade de documentos sem relação com qualquer litígio, que mudou uma prática de muitos anos. A medida permite que os defensores possam direcionar mais tempo, funcionários e estagiários à atividade-fim, além de viabilizar a diminuição do tempo de espera pelo agendamento.

Foram celebrados diversos convênios destinados a aprimorar a atividade-fim dos defensores, entre os quais se destacam: convênio com a Anoreg que viabiliza a realização de divórcios, dissoluções de união estável e inventários extrajudicialmente (já tendo beneficiado diretamente 1.472 assistidos entre fevereiro de 2017 e junho de 2019), ora em fase de expansão para outras comarcas; convênio com o INSS (para desconto em folha de pensão alimentícia mediante ofício do defensor público, nos casos de acordo extrajudicial, dispensando

decisão judicial), Denatran (para acesso ao banco de dados pessoais e de veículos em processo judicial ou procedimento preparatório); CEF (para obtenção do saldo em contas de pessoas falecidas, para fins de alvará judicial e inventário), e Light (para obtenção de endereço).

Ainda na Coordenadoria Cível, outra frente de atuação importante foi a atuação jurídica em parceria com o Cejur no procedimento de revisão do enunciado sumular nº 182 do Tribunal de Justiça, que permitiu a revogação do enunciado que limitava o valor dos honorários devidos nas ações de prestação de saúde.

A atuação judicial também foi realizada de forma estratégica. Por exemplo, para solucionar o problema do lançamento do imposto de transmissão causa mortis, houve a propositura da ação civil pública nº 0051937-17.2018.8.19.0001, em fase de acordo das partes.

ASSESSORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A Assessoria de Assuntos Institucionais (ASSIST) foi instituída pela Resolução DPGE n.º 765/2015 com a finalidade de elaborar pareceres, medidas judiciais e administrativas de defesa e preservação dos princípios institucionais da Defensoria Pública.

As atribuições da ASSIST são exercidas essencialmente em apoio às atividades do gabinete do defensor público-geral, com a elaboração de pareceres jurídicos sobre legislações funcionais fiscais, tributárias e orçamentárias para contribuir com a gestão institucional. Destacam-se, ainda, dentre as atividades da ASSIST a participação na elaboração do Regimento Interno, elaboração de notas técnicas a projetos de lei de interesse institucional, elaboração de minutas de resposta a processos judiciais e adminis-

trativos, do qual análise de minutas de atos normativos internos, análise de conflitos de atribuição, cabimento de ações rescisórias e a participação na Comissão Permanente de Orientação, Apoio, Assistência e Defesa das Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública (CODEP).

Outra instância de apoio ao gabinete do defensor-geral é a Assessoria Jurídica (ASSJUR), que tem como finalidade analisar e dar parecer sobre a legalidade das licitações e contratos administrativos firmados pela Defensoria Pública, cumprindo a exigência imposta pela Lei n.º 8.666/1993.





CEJUR

Os esforços empreendidos pelo Centro de Estudos Jurídicos (Cejur), nos últimos quatro anos, para consolidar uma efetiva política de educação continuada para todas as pessoas que integram a Instituição foram um dos pontos altos desta gestão.

Investimentos em diversas áreas beneficiaram os membros da DPRJ e o quadro funcional da Instituição com eventos, cursos, seminários, palestras e treinamentos sobre temas ligados à atuação da Defensoria Pública. Se hoje, o serviço prestado às pessoas vulneráveis é referência, contribuíram para isso as capacitações promovidas e apoiadas pelo Cejur que, além de atualizar, também ofereceram a quem pertence à DPRJ a oportunidade de refletir sobre a importância de desenvolver um atendimento eficiente e de qualidade.

Sem dúvida, a implantação dessa nova política teve como marco a edição da Resolução nº 854, em 14 de outubro de 2016, que criou o Programa de Educação Continuada (PEC). A fim de facilitar o acesso aos conteúdos de cursos e eventos realizados na sede, foi criada a plataforma do PEC.

Mas isso não é tudo. Entre as iniciativas desenvolvidas pela Instituição para consolidar a política de educação continuada, destaca-se o contrato com o curso de idiomas Berlitz e

a publicação de editais para selecionar defensores e servidores interessados em participar de cursos e eventos que possam contribuir para o trabalho que realizam. Também chama atenção a política de publicação de livros e a abertura da biblioteca ao público externo.

Paralelamente à formação continuada dos integrantes da Defensoria Pública, o Cejur tem investido também em atividades de extensão, com cursos abertos ao público. Também se destacam as atividades voltadas para a educação em direitos, realizadas junto aos usuários da DPRJ.

Outra iniciativa importante é o programa de Residência Jurídica, pelo qual 175 bacharéis em Direito, aprovados em concurso público, reforçam o atendimento em 289 órgãos de atuação, principalmente no interior e na Baixada Fluminense. O projeto é realizado em conjunto com a Fesudeperj.

RESIDENTES JURÍDICOS

Todas as iniciativas desenvolvidas pelo Cejur são realizadas com os honorários destinados à Instituição. Para incrementar essa receita, várias iniciativas foram tomadas, como a edição da Resolução 943, de 11 de setembro de 2018, após ampla consulta à classe, e a campanha "Nossos Honorários Estão Aqui".

DE 2015 A SETEMBRO DE 2018, O CEJUR...

... publicou **61 editais**, beneficiando **310 defensores** e **305 servidores**

... realizou **35 eventos** e **22 cursos**

... apoiou **81 eventos** e **34 cursos**

... patrocinou a edição de **7 livros**

DE 2015 A SETEMBRO DE 2018, TAMBÉM FOI DESTAQUE:

... O **Concurso de Práticas Exitosas Eliete Costa Silva Jardim**, que premiou **10 projetos** realizados por defensores e servidores em duas edições.

... O **Curso de Idiomas Berlitz**, que beneficia, em média, 100 defensores e 50 servidores.

... A plataforma do **Programa de Educação Continuada**, que registrou **5.776 acessos** desde que fora criada. Atualmente, o portal do PEC reúne a íntegra de 81 eventos, cursos, treinamentos e capacitações.

... O **Programa Auxílio Livro**, que beneficiou 388 órgãos de atuação, com a aquisição de **2.242 novas obras**. Ao todo, foram investidos R\$ 274.211,73 na iniciativa.

... A **Biblioteca**, que viu crescer a sua procura crescer após a edição da resolução que regulou uso da mesma pelo público externo. Nos últimos quatro anos, a biblioteca registrou **11.699 visitas**.

... Com a **Resolução 846**, que regulamentou o uso da biblioteca para o uso externo, o número de frequentadores cresceu. Nos últimos quatro anos, a biblioteca registrou **11.699 visitas**.



20
15

20
16

20
17

20
18

ALGUNS EVENTOS DE DESTAQUE:

CURSOS

- Curso de Capacitação sobre o Novo Código de Processo Civil
- Curso de Mediação de Conflitos
- Curso: Direito de Família em Aplicação Prática
- Curso de Formação de Novos Defensores e Defensoras
- Curso: Sistema de Justiça Criminal em Perspectiva
- Curso de Direito Notarial e Registral
- Curso de Direito Social
- Curso Garantias Legais em Territórios Instáveis
- Programa de Educação Continuada para Estagiários e Estagiárias



EVENTOS

- Encontros de Atuação Estratégica em comemoração ao Dia do Defensor e da Defensora
- Semana da Servidora e do Servidor
- Seminário Nacional Litigância Estratégica em Direitos Humanos



- Seminário Tráfico e Sentenças Judiciais: Uma Análise das Justificativas na Aplicação da Lei de Drogas no RJ
- I Jornada Nacional Racismo Institucional no Sistema de Justiça





Iniciativas realizadas pelo Cejur ao longo dos quatro anos: Publicação de obras sobre a atuação da DPRJ (foto 1), Biblioteca Compartilhada (foto 2), apoio a evento na DPRJ (foto 3), promoção do Encontro de Atuação Estratégica (foto 4), lançamento da Revista de Direito (foto 5) e acesso ao público à biblioteca da Defensoria (foto 6)

UMA DEFENSORIA DE CONTEÚDO



6

CAPÍTULO

Comunicação e Pesquisa sob olhar estratégico

Nos últimos quatro anos, a Defensoria do Rio se notabilizou pela intensa produção de conteúdo. Quer na coleta e análise de dados, por meio da nova Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, quer em reportagens e publicações especiais, por meio da Diretoria de Comunicação, a Instituição se tornou referência para imprensa, estudos e meio jurídico. Com uma inédita disputa de narrativa e abordagens estratégicas na atuação dos seus defensores, a instituição consolidou seu espaço na defesa de pautas alinhadas ao seu compromisso legal com o usuário, em particular, e a sociedade, como um todo. O resultado é a maior percepção do trabalho da Defensoria e do defensor, levando a Instituição a ocupar de forma definitiva o papel de porta-voz e referência nas diversas pautas pertinentes a sua atuação.

DIRETORIA DE PESQUISA

Criada pela Administração Superior, a Dire-

toria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça produziu importantes estudos sobre a atuação da Defensoria Pública para garantir os direitos de seus assistidos. Esses dados foram fundamentais para o desempenho da instituição na esfera judicial, pois possibilitou às defensoras e aos defensores a utilização de técnicas de litigância estratégica. Mas não foi só isso. As pesquisas foram destaques em diversas mídias, levando a sociedade a refletir sobre temas emblemáticos.

Nesse sentido, destaca-se o 1º Diagnóstico de Gênero da Defensoria Pública do Rio de Janeiro – uma pesquisa interna, elaborada em conjunto com a Associação de Defensores Públicos (Adperj), a Associação dos Servidores da Defensoria Pública (Asdperj) e o Fórum Justiça, para que servidoras e defensoras públicas pudessem colocar as principais questões enfrentadas pelas mulheres no ambiente institucional.

Com relação à atuação da DPRJ, destacam-se os relatórios sobre o primeiro e segundo ano da audiência de custódia, implementada no Rio em setembro de 2016. A partir de questionários aplicados pelos defensores públicos no atendimento dos réus, foi possível levantar informações tais como o índice de soltura nas audiências, o tratamento fornecido ao preso durante a prisão e o perfil social dos réus. O relatório sobre um ano de audiências de custódia no Rio de Janeiro chegou a ser citado no Relatório sobre Medidas Destinadas a Reduzir o Uso da Prisão Preventiva nas Américas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Humanos, e seus dados vêm sendo amplamente divulgados em diversos meios de comunicação e debates públicos sobre o tema.

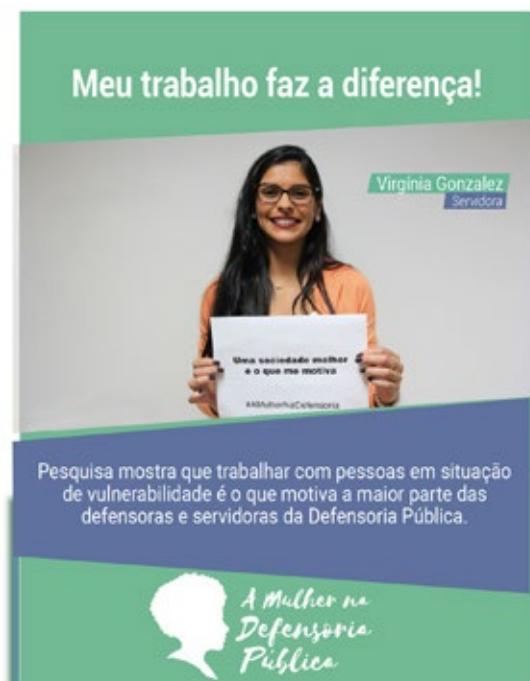
Outra pesquisa relevante foi a que analisou os processos de requalificação civil no Rio movidos por pessoas transgêneras para alterar o nome e o sexo em seus documentos pessoais. O estudo teve como objetivo municiar o Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual com informações que viabilizem o esclarecimento dos assistidos sobre o melhor caminho a ser tomado na busca por seus direitos. O estudo foi apresentado pela DPRJ na audiência pública da Opinião Consultiva nº 24 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizada para que a Convenção Americana de Direitos Humanos fosse interpretada no sentido de obrigar os Estados a reconhecer a identidade de gênero da pessoa mediante simples procedimento administrativo.

Destaca-se também a pesquisa sobre os processos de criminalização do aborto, que revelaram o racismo estrutural no sistema de

justiça criminal. Os resultados impactantes foram apresentados pela Defensoria Pública no pedido de ingresso como amicus curiae na ADPF nº 442, em tramitação no STF, que discute a constitucionalidade da criminalização do aborto no Brasil.

O Perfil do Consumidor Superendividado e a Atuação da Defensoria Pública na Renegociação da Dívida, realizada a partir dos dados da Comissão de Superendividamento do Núcleo de Defesa do Consumidor, foi outra importante pesquisa, pois buscou identificar o perfil dos consumidores superendividados, as instituições financeiras e as modalidades de crédito onde se concentram as dívidas, assim como os resultados das renegociações. O estudo foi fundamental para o aperfeiçoamento do trabalho dos serviços prestados pela comissão, pois permitiu a sistematização dos dados para melhor compreensão desse fenômeno recente.

Ainda se destaca o levantamento sobre as justificativas contidas nas sentenças judiciais de crimes relacionados ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. O estudo identificou, a partir da leitura de 2.591 processos, quais são os critérios levados em consideração pelos juízes para condenar ou absolver os réus envolvidos nesses tipos de delito. O resultado é impactante: a maioria dos réus é primária e sem antecedentes criminais e foi presa em flagrante sozinha, desarmada e com pouca quantidade de droga, durante operações policiais realizadas em locais que supostamente seriam dominados por organizações criminosas.





Daniel Nascimento: solto na primeira audiência de custódia no Rio (foto 1) e um ano depois, cumprimentando o ministro do STF Ricardo Lewandowski, que implantou a iniciativa no país, durante a divulgação do relatório sobre o primeiro ano da medida no Estado (foto 2). Estudos da Diretoria de Pesquisas também resultaram na campanha #AMulherNaDefensoriaPublica (foto 3) e no lançamento do perfil das pessoas presas por tráfico de drogas (foto 4). Setor também identificou como são julgadas as ações de requalificação civil (foto 5).



A DPRJ realizou diversas coletivas de imprensa para falar sobre sua atuação. Dentre as ações com maior repercussão, destacam-se o caso "Costa Barros", em dezembro de 2015, no qual cinco jovens foram fuzilados em uma operação da polícia (foto 1); a cobrança de pagamento dos salários atrasados de aposentados e pensionistas, em abril de 2016 (foto 2); e o caso "Santa Cruz", no qual 159 homens, a maioria inocente, foram presos em uma suposta festa da milícia, em abril de 2018. A DPRJ também realizou capacitações como o Workshop de educação em direitos oferecido aos jornalistas do jornal O Globo, em setembro de 2017 (foto 5).

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ciente de que a litigância estratégica se dá não apenas no ambiente jurídico, mas passa também pelo levantamento de dados e eficiência na comunicação, a administração superior investiu na profissionalização do setor responsável pelo relacionamento com a imprensa, publicações e mídias da Defensoria. A equipe teve o reforço de mais servidores, novos equipamentos e se transformou em uma Diretoria na estrutura organizacional da instituição.

Os resultados, como comprovam os números, são equivalentes ao esforço. De janeiro de 2015 a dezembro de 2018, mais de 11.000 reportagens de TV, rádio, impresso (jornais e revistas) e online destacaram o trabalho da Defensoria. Importante frisar que o percentual de reportagens positivas representa quase a totalidade de inserções, o que indica a percepção igualmente positiva de imagem atribuída à instituição.

Este reposicionamento, aliás, foi pensado estrategicamente pela administração e pela Diretoria de Comunicação, com o objetivo de ocupar espaços pertinentes à atuação da Defensoria e até então não preenchidos

ou representados por outros órgãos. A estratégia adotada foi a de informar massivamente as ações da instituição, bem como a divulgação do seu posicionamento frente aos diversos temas que guardam correlação com o papel institucional.

O resultado pode ser visto na evolução das inserções na mídia ao longo dos quatro anos. A Defensoria passou a ser referência para jornalistas sobre questões como Direitos Humanos, defesa do consumidor, da criança, igualdade racial, mulher e diversas outras. Passou a ser comum ter defensores nos principais telejornais do Rio de Janeiro, bem como ver o nome da instituição nas publicações diversas. Esse trabalho pode ser conferido diariamente no clipping enviado a todos os defensores ainda pela manhã - o Na Mídia - que traz o compilado de todas as notícias veiculadas no dia anterior relacionadas à Defensoria.

O trabalho de relacionamento com a imprensa também inclui ações estratégicas como a realização de cursos para jornalistas, encontros com profissionais de imprensa e visitas às redações. As duas capacitações oferecidas a repórteres de O Globo e Extra, por exemplo, atraíram cerca de 60 profissionais.

Confira o nosso desempenho na mídia:

	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Online	1.533	2.070	1.608	3.015	8.226
TV	131	204	196	322	853
Rádio	191	218	191	179	779
Jornal	415	427	212	332	1.386
TOTAL QUADRIÊNIO:					11.244



Se para o jornalista esta estratégia representa a oportunidade de adquirir conhecimento em áreas como defesa criminal, estrutura do sistema de justiça e Lei de Responsabilidade Fiscal, para a Defensoria, é também a chance de se posicionar como referência em temas que são do seu interesse.

Não foi apenas a presença na mídia que se consolidou, o período de quatro anos também foi rico no relacionamento direto com o público em geral, por meio das redes sociais. A principal delas nesse período foi o Facebook, onde o perfil da instituição lançado em março de 2015 saltou para 93.383 seguidores em dezembro de 2018. Para ter uma ideia do que isso representa, basta dizer que é a página com maior número de seguidores e engajamento de todo o sistema de justiça no Estado. O sucesso é fruto da adoção de uma linguagem arrojada, ali-

nhada ao perfil do público que se pretende atingir. Hoje, a experiência da Defensoria do Rio é referência para as demais, além de ser usada como *benchmark* por outros órgãos públicos.

Os canais de comunicação interna também foram reforçados. Além do Boletim Diário, que leva informações institucionais aos defensores, a Dcom também passou a produzir o Boletim Semanal, compilado de notícias enviados a servidores, defensores e imprensa e o Servidor em Foco. Foram criadas, ainda, listas de transmissão via WhatsApp com defensores e servidores, uma forma rápida e mais eficiente de comunicar mensagens urgentes.

A Diretoria de Comunicação é responsável por toda a produção gráfica e visual da Defensoria. Ao longo de quatro anos, cartilhas,

livretos, cartazes e muitas outras peças saíram das mãos dos seus profissionais, um volume de produção equivalente ao de uma agência de médio porte. O trabalho vem sendo reconhecido nacionalmente. Desde 2016, quando começou a participar do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, o mais importante do setor, a Defensoria do Rio esteve entre os finalistas em todas as edições. Todo esse farto material está disponível do portal da instituição e tem subsidiado não apenas as ações do próprio órgão, mas também de parceiros e de outros profissionais.

A Comunicação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro administra, ainda, um canal no Youtube, um perfil no Instagram e um banco de imagens no Flickr. Também é responsável pela cobertura de todos os eventos e de todo o conteúdo de notícias e de publicações no portal de internet. O site, aliás, foi totalmente reformulado em 2015, mesmo ano em que a instituição reviu sua identidade visual, passando a ter uma marca mais moderna e de fácil assimilação. Uma mudança bem apropriada ao novo tempo da instituição.



Número de seguidores da página

93.383

Média de alcance de cada post

19 mil pessoas

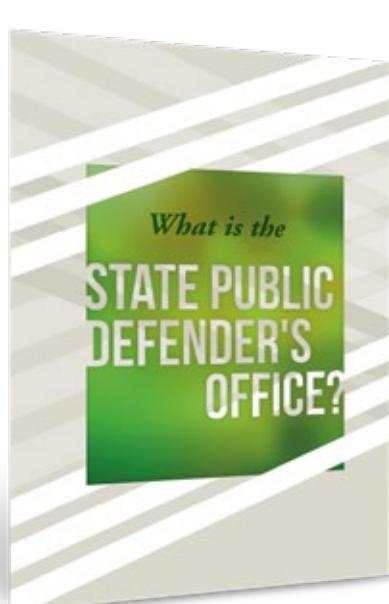
Média de engajamento de cada post

800 reações

(*)Resultado obtido de forma exclusivamente orgânica, sem qualquer impulsionamento



O post de maior engajamento no perfil da Defensoria usou o personagem da série mais popular da TV para abordar o trabalho da Instituição em casos de registro tardio





FESUDEPERJ



Excelência em ensino jurídico ao alcance de todos

Se hoje a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro é reconhecida como uma instituição de excelência na área de ensino jurídico, isto se deve a um verdadeiro choque de gestão. A repactuação de diversos contratos com os prestadores de serviços contribuiu para a redução das despesas, assim como a negociação de acordos com ex-funcionários permitiu a extinção das reclamações trabalhistas. Também se destacam a reestruturação do quadro funcional e a reabertura da cantina.

Bem diferente da situação difícil em que se encontrava quatro anos atrás, com déficit de caixa, poucos alunos e dívidas trabalhistas acumuladas em razão das ações judiciais movidas por ex-funcionários que, por falta de acompanhamento, eram julgadas à revelia.

Uma série de medidas foi adotada para fortalecer a instituição. Sem dúvida, a mais importante envolveu o lançamento de novos cursos

preparatórios para a carreira de defensora e defensor público, em turmas regulares ou por módulos específicos, nas modalidades presencial e online. Foi um sucesso. Os alunos voltaram; e, com o tempo, a escola assumiu um papel que vai além do ensino jurídico, ao se estabelecer como uma instituição de afirmação de direitos, humanista e de promoção da cidadania.

De forma pioneira, a Fesudeperj instituiu, no segundo semestre de 2017, o programa de seleção e ingresso através do regime de cotas para negros e pessoas com deficiência nos cursos regulares. Outra grande conquista foi a reforma das instalações, concluída em fevereiro de 2018, que tornou os ambientes mais confortáveis, com estrutura adequada para a realidade tecnológica e, principalmente, com mais acessibilidade.

Outro avanço foi a parceria com Cejur e a Defensoria, que tem permitido a realização de



Fesudeperj

Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

alguns números...



*cursos
realizados*

**2015
2016**

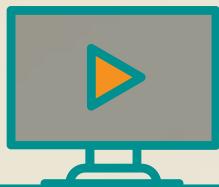
- Módulos e aulas especiais: **30**
- Intensivos: **25**
- Regulares: **13**

**2017
2018**

- Módulos e aulas especiais: **23**
- Intensivos: **17**
- Regulares: **14**

diversas capacitações constantes para integrantes do quadro de defensoras(es), servidoras(es), residentes jurídicos e estagiárias(os), em áreas de interesse e/ou atuação.

A parceria também tem beneficiado pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de projetos que visam ao empoderamento e à educação em direitos. Exemplos são os cursos Acelerando a Escolaridade, Projeto Resgate, Curso Social, Racismo Institucional e Sistema de Justiça, Garantias Legais, Atendimento à População Trans, entre outros.



cursos à distância

- 2016 a 2018: **87**
- Cotas online: **2 cursos regulares**

- PEC CEJUR online: **15**
- Residência Jurídica online: **31**



*Alunos das
turmas regulares*

793 alunos
1.053 alunos

2015
2016
2017
2018



*Alunos dos
cursos online*

2016: **42**
2017 e 2018: **1.166**
Cotistas online em 2017 e 2018: **88**
PEC CEJUR online: **446**
Residência online: **254**

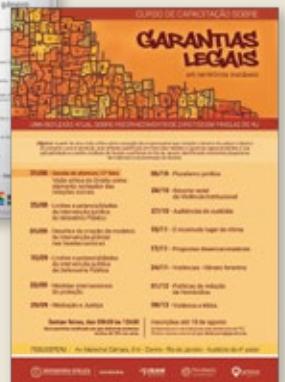
* Em 2015 não existia plataforma de EAD própria.
Em razão disso, não há dados.



Foto 1: Alunos assistem aula na Fesudeperj. Foto 2: Indígenas participam do Curso de Direito Social, em março de 2018. Foto 3: Inauguração das novas instalações da Fesudeperj, em março de 2018. Foto 4: I Jornada sobre Racismo Institucional, em março de 2018. Foto 5: Treinamento de Liderança de Alta Performance, em agosto de 2018. Foto 6: Cerimônia de posse dos residentes jurídicos, em março de 2018

Principais capacitações, eventos e cursos promovidos nos últimos quatro anos

- Sistema de Justiça Criminal em Perspectiva;
- Curso Social;
- Racismo Institucional e Sistema de Justiça;
- Acelerando Escolaridade;
- Defensoria Pública na Defesa da Mulher;
- Curso de Capacitação de Política de Drogas;
- Erradicação do Sub-registro;
- Garantias Legais em Territórios Instáveis;
- Garantias Legais em Territórios Instáveis: Da Constituição à Intervenção;



- Atendimento da População Trans nas Ações de Mudança de Nome e Gênero.



— ACESSE OS — NOSSOS CANAIS



www.defensoria.rj.def.br



[/defensoriapublicadoriodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicadoriodejaneiro)



[/defensoria.rj](https://www.instagram.com/defensoria.rj)



[/ascomdpgerj](https://www.youtube.com/ascomdpgerj)



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ACESSO À JUSTIÇA

O PODCAST DA DEFENSORIA DO RJ

A partir de agora, você poderá
conhecer um pouco mais
sobre os grandes casos
da Defensoria!



<http://bit.ly/podcastdprj>



[spotify/acessoàjustiça](https://open.spotify.com/show/3778301053040001)





DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

🌐 www.defensoria.rj.def.br

📱 CRC: 129 📞 Ouvidoria: 0800 282 2279

👍 [fb.com/defensoriapublicadoriodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicadoriodejaneiro)

Av. Marechal Câmara, 314 - CEP 20020-080 - Centro, RJ

Telefone: +55 21 2332-6224